

A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro durante o Estado Novo

De Daniel Praciano Nobre (jornalista)

Introdução

O rádio brasileiro, durante o período do Estado Novo, foi de grande importância para o governo ditatorial de Getúlio Dornelles Vargas, o líder populista que governou o País de 1930 a 1945. Nosso trabalho tem como objetivo principal mostrar como se deu a ligação entre o governo populista de Vargas e o rádio, quer dizer, como o governo utilizou o rádio em seu benefício.

A dificuldade de encontrar material de pesquisa é notória durante todo o trabalho, pois, em certos momentos, sentimos que poderíamos ir mais longe, mas a falta de material que embazasse nossas certezas impossibilita esse avanço. Pesquiso sobre o tema e todos os assuntos que o circundam desde março de 1995 e, até hoje, continuo a busca (sem muito sucesso). Não existem muitos arquivos no Brasil e, mais especificamente, no Ceará, o que dificultou deveras nosso objetivo. Tive a sorte de encontrar uma professora que me deu material de apoio para 30% da monografia. Outra vez tive a felicidade de contar com a ajuda de um dos professores que hoje vão me julgar para adquirir outro material para este trabalho. Enfim, este trabalho não foi só científico, mas, e principalmente, de reconstituição histórica, o que o torna mais difícil e, ao mesmo tempo, interessante. Até o novo meio de comunicação, a Internet, não possui material de apoio suficiente para uma pesquisa detalhada.

Mas quanto à monografia, quero dizer que foi feito um esforço para deixá-la a mais completa possível. Começamos com um histórico da vida de Vargas, da infância até a iniciação política, pois achamos importante que o leitor saiba quais foram suas influências. Influências estas que podem ter sido vitais na formação do grande estadista que foi Vargas.

No capítulo seguinte, tentamos mostrar o que foi o Populismo, política utilizada por Vargas e que só foi derrotada com o golpe militar de 1964. Procuramos explicar como o populismo foi utilizado pelos governos latino-americanos, em especial no Brasil, México e Argentina. É bom frisar que Brasil, Argentina e México utilizaram o populismo como saída para suas crises política-econômica-sociais, mas, em cada um destes países, o populismo teve sua peculiaridade.

No quarto capítulo, o leitor verá quais foram os fatores que provocaram a revolução de 30 e, posteriormente, o golpe do Estado Novo que deu amplos poderes a Vargas. Quais foram os motivos que levaram o, então presidente eleito pelo Congresso, Getúlio Vargas, a cancelar as eleições presidenciais e implementar um dos períodos mais repressores da vida política brasileira.

Já no quinto capítulo, o leitor vai poder acompanhar toda a trajetória do Estado Novo. Vai ficar sabendo o que foi este período dentro da vida brasileira, o qual tipo de política econômica e social foi implementada pelo ditador Vargas e, principalmente, como ele utilizou a mídia em seu benefício. Tentaremos também traçar um paralelo entre a comunicação social na Alemanha nazista e a comunicação social no Brasil estadonovista. E, para encerrar, vamos mostrar, de forma resumida, o que foi o período do Estado Novo para a mídia impressa.

O sexto capítulo trouxe uma ampla análise sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado por Getúlio para reprimir os meios de comunicação opositores à política populista de Vargas e divulgar os feitos do governo getulista. Feitos esses verídicos ou não.

Em seguida, teremos um capítulo somente sobre o rádio, de suas origens no Brasil até o final do Estado Novo, em 1945. Tudo de relevante aconteceu neste período é retratado aqui para que o leitor já comece a se preparar para o que virá no capítulo seguinte, onde tentamos mostrar a influência que teve o populismo no rádio brasileiro e, em especial, na Rádio Nacional, porta-voz não-oficial do governo Vargas.

Pois bem, neste último capítulo, traçamos um perfil da Rádio Nacional e de sua importância dentro da política populista do Estado Novo, onde o objetivo do ditador era se perpetuar no poder a qualquer custo.

E, para encerrar, fizemos um capítulo sobre o que foi e como funcionou "A Hora do Brasil", horário obrigatório e oficial do governo ditatorial de Getúlio Vargas onde era listado para o povo brasileiro o que o ditador estava fazendo em benefício da Nação.

Apesar de todas as dificuldades de coleta de material de pesquisa para esta monografia, acreditamos que temos aqui um material que vai servir de referência para trabalhos futuros.

Getúlio Vargas: O homem e suas influências políticas

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883 e suicidou-se no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

O início da família Vargas é confuso. O avô de Getúlio, Evaristo José Vargas, nasceu em Encruzilhada, Rio Grande do Sul, entre 1808 e 1812. Era descendente do bandeirante paulista Francisco de Paula Bueno e da espanhola Ana Joaquina de Vargas. Evaristo foi soldado voluntário da República Farroupilha e lutou sob as ordens de Bento Gonçalves. Casou-se com Luísa Maria Teresa Vargas e teve 14 filhos.

Um dos filhos de Evaristo Vargas foi Manuel do Nascimento Vargas, que nasceu em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em 25 de novembro de 1844. Manuel faleceu em São Borja em 23 de outubro de 1943. Aos 23 anos, Manuel se alistou no posto de cabo, para lutar na Guerra do Paraguai, de onde voltou coronel. Lá, recebeu várias menções elogiosas de seus superiores e, quando voltou, tornou-se rapidamente um próspero estancieiro. Casou-se em 1872, com Cândida Dornelles, de família de prestígio na região. Além de Getúlio, nasceram outros quatro filhos: Viriato (1874-1953), Protássio (1877-1970), Espártaco (1892 - ?) e Benjamim (1898-1973).

O pai de Vargas foi um dos primeiros a aderir às teses de Júlio Castilhos, fundador e organizador do Partido Republicano na Província gaúcha. Manuel se tornou chefe desse partido no município de São Borja, cuja Câmara Municipal iniciara, em princípios de 1889, a campanha contra o terceiro reinado, através de uma monção dirigida ao País. Participou do lado dos "pica-paus" (castilhistas), contra os maragatos (gasparistas), da revolução federalista em 1893, recebendo do então presidente da República, Floriano Peixoto, a patente de general. Manuel foi prefeito do município de São Borja, de 1907 a 1911.

Quanto a Getúlio, este iniciou sua vida nos bancos das escolas só após a guerra civil (1893-1894). Foi para a Escola de Minas, em Ouro Preto, Minas Gerais, onde já se encontravam seus irmãos Viriato e Protássio. Porém, um incidente entre jovens gaúchos e paulistas, que resultou na morte de um paulista, trouxe-os de volta a São Borja. Getúlio tentou seguir carreira no Exército como seu pai, mas por problemas disciplinares e talvez também pelas suas características físicas (era baixinho e tinha tendência a obesidade), como afirmou Affonso Henriques em seu livro *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas - O Maquiavélico* -, não permaneceu muito tempo na vida militar.

Em março de 1904, Vargas se matriculou na faculdade de Direito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fundou, junto com os amigos João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso e mais dois cadetes da Escola Militar, Pedro Aurélio Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, o Bloco Acadêmico Castilhistas, uma organização de estudantes civis e militares que tinha por objetivo a defesa e a prorrogação do pensamento e da obra de Júlio Castilhos.

O gosto pelos meios de comunicação surgiu cedo. Três anos após entrar na faculdade, tornou-se secretário da redação do jornal "O Debate", fundado em 3 de julho de 1907, que era dirigido por Paim Filho.

Nessa época, recebeu influências filosóficas de Augusto Comte, através da leitura de seu *Cours de Philosophie Positive*, além de ter preparado um artigo sobre Émile Zola para a revista *Panthum*, em que destacava no escritor francês impulsos progressistas. Tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 25 de dezembro de 1907, sendo eleito orador da turma. Após a diplomação, foi nomeado para o cargo de segundo promotor público no Tribunal de Porto Alegre, mas logo regressou a São Borja, onde constituiu o seu escritório de advocacia.

Quanto à vida política de Getúlio Vargas, ela também começou cedo. Apesar de várias desavenças com Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, elegeu-se deputado estadual à Assembléia Legislativa gaúcha pela primeira vez em 1901. No seu segundo mandato, em 1915, renunciou em solidariedade a amigos pressionados por Borges de Medeiros e retornou em 1919, após rejeitar o cargo de chefe de polícia do Estado oferecido pelo presidente do Estado com a finalidade de fazer as pazes com Getúlio. Além destas três oportunidades, Vargas ainda foi deputado estadual em 1921. Mas não ficou muito tempo. Afinal, logo em 28 de outubro de 1922, Vargas se elegeu deputado federal, cargo que viria a reconquistar em 1924, quando passou a exercer a liderança da bancada gaúcha na Câmara Federal. Durante sua permanência no cargo, defendeu o governo contra a revolta em São Paulo - o segundo 5 de Julho de 1924 - chefiada por Isidoro Dias Lopes. Getúlio também defendeu o modelo político-jurídico de Estado forte, organizado por Júlio Castilhos, durante sua participação na comissão encarregada de estudar a reforma constitucional proposta pelo presidente Artur Bernardes.

Populismo

O populismo é um fenômeno político que modificou as estruturas de vários países, principalmente Brasil, México e Argentina. Os dois primeiros atravessavam uma crise econômica e política fortes, enquanto o terceiro, além dos problemas econômicos, vivia sob forte crise política, graças a vários golpes seguidos. O populismo serviu para o propósito de alguns dirigentes latino-americanos e também como bandeira na tentativa de alterar os padrões de governo na Rússia e nos Estados Unidos no final do século XIX. "O populismo russo propunha uma revolução, pensando como sociedade ideal, aquela livre da 'modernização' capitalista e com valores profundamente agraristas. O populismo norte-americano, defendido por pequenos proprietários rurais, também fazia críticas ao capitalismo, mas não pretendia transformações radicais na sociedade".

Podemos definir o populismo de diversas formas. Pode-se defini-lo como a política usada por um grupo para tomar o poder com o propósito de alavancar a política industrial, colocada em segundo plano devido à supremacia da oligarquia agrícola. Outro conceito para populismo diz que ele é a tentativa dos meios de comunicação de popularizar líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal, conceitos encontrados no texto Populismo e Comunicação, de José Marques de Melo, organizador do livro homônimo.

Já segundo Francisco Weffort, populismo é um fenômeno de participação política das classes populares, urbanas, "particularmente enraizado naquelas cidades de maior ritmo de crescimento, mais fortemente atingidas pelo desenvolvimento industrial e pelas migrações".

Mas e quanto ao populismo no Brasil e na América Latina? Como funcionaram nos dois casos?

Populismo na América Latina: um breve histórico

O populismo não foi um fenômeno político exclusivo do Brasil. Na América Latina, mais notadamente no México e na Argentina também houve experiências deste fenômeno político.

A exemplo do Brasil, os dois países passavam por um processo de reestruturação política e profundas crises econômicas, principalmente no México, já que o período populista mexicano teve início em 1934, cinco anos depois do "crack" da Bolsa de Nova Iorque.

O maior expoente do populismo mexicano foi seu presidente, Lázaro Cárdenas, que governou o México de 1934 a 1940. Com o cardenismo, retomavam-se "os ideais aburguesados da Revolução Mexicana. Cárdenas se pretendia o verdadeiro tradutor dos interesses das massas mexicanas, admitindo e defendendo sua participação no jogo político e entendendo como fundamental seu papel na sociedade".

A luta de Cárdenas era tentar reestruturar economicamente o País, visto que para ele seria através da economia que o México conseguiria tornar-se forte. E, para que isso fosse alcançado, teria que contar com o apoio de todo o povo mexicano, não só da burguesia, responsável pelo crescimento da produção, mas também das massas, que eram tidas por Cárdenas como o motor do progresso da sociedade. Já ao Estado, caberia o papel de juiz e de conciliador social, pois para que estas duas classes antagônicas pudessem dar as mãos era necessário que o Estado interviesse. E só o Estado poderia fazer isso visto que seus interesses eram para o bem de toda a população mexicana.

Essa união possibilitaria a extinção de um desenvolvimento unicamente voltado nos moldes socialistas ou nos moldes capitalistas, pois, para Cárdenas, o ideal seria um sistema baseado na Revolução Mexicana que seria, a síntese dos dois sistemas. Ao Estado, pois, caberia o papel de garantir que as duas classes antagônicas - burguesia e proletariado - convivessem dentro de um projeto nacional comum, que proporcionasse benefícios para ambos os lados.

Havia uma política de respeito aos direitos da população. Durante o governo de Cárdenas, houve um verdadeiro estouro de greves (nas cidades), que não tiveram em momento algum a interferência repressiva do Estado. Nunca, em nenhum governo pós-revolução, aconteceram tantas greves. Houve isso, porque Cárdenas acreditava que "as greves representavam a legítima manifestação dos operários na busca de melhores condições de vida". Ainda quanto às greves, o governo populista do México, além de legitimá-las, também afirmava que os donos das fábricas não poderiam deixá-las paralisadas, visto que isso seria um ato antipatriótico.

Cárdenas acreditava piamente na capacidade do Estado de intervir no campo da luta entre a burguesia e o proletariado, estabelecendo limites de atuação para cada um dos grupos. Para isso, era vital manter a neutralidade. Esta neutralidade, aliada à superioridade frente a classe burguesa e a classe operária através de uma política de interesses comuns, também asseguraria as condições necessárias para o desenvolvimento econômico que, segundo Cárdenas, era como o México poderia tornar-se forte.

Se o populismo mexicano se caracterizou pela forma democrática de atuar com a burguesia e com o proletariado, o argentino de Juan Carlos Perón, que governou a Argentina de 1946 a 1955, destacava-se por ser mais repressor aos movimentos sindicais.

A Argentina, antes de Perón assumir o poder, vivia afundada em uma crise política. Sucessivos golpes de Estado modificavam seqüencialmente os presidentes do País e as políticas sociais e econômicas. Perón foi eleito por uma chapa contraditória, já que aliava setores da classe operária com setores importantes do Exército, Igreja, além do apoio da burguesia. Com estes grupos aliados à sua chapa e mais suas atitudes antiliberais e nacionalistas, Perón ora era acusado por alguns membros da oposição de fascista, ora era aclamado por outros como responsável pelo progresso social argentino.

Apesar de o governante argentino reconhecer a existência de classes sociais, bem como os conflitos entre elas, ele não acreditava que o conflito fosse prejudicial para os interesses da nação, desde que o Estado interviesse nestes conflitos. Ao privilegiar o Estado, Perón, assim como Vargas, colocava o governo como a única entidade capaz de realizar "os supremos 'interesses' do indivíduo e da Pátria. Na verdade, os 'interesses' dos indivíduos estavam identificados e eram sintetizados pelos 'interesses' da Pátria".

Levando-se em conta os dois regimes populistas, pode-se apontar duas vertentes como utilizadas por Maria Lígia Prado:

"Pretendeu-se, assim, apontar duas vertentes do populismo latino-americano: o mexicano, com uma prática política mais democrática e uma ideologia mais progressista; e o argentino, autoritário, conservador e repressivo. No entanto, para a classe operária, os resultados dos dois regimes populistas não foram tão diversos. No México, uma reformulação no único partido existente, o Partido Nacional Revolucionário, transmutado por Cárdenas, em Partido da Revolução Mexicana (mais tarde Partido Revolucionário Institucional), promoveu uma divisão do partido em setores (setores operário, camponês, militar e popular) que terminou por cristalizar um vínculo oficial e institucional entre os sindicatos e o Estado, via partido oficial. Na Argentina, o Estado quebrou a autonomia política dos sindicatos, estabelecendo fortes vínculos entre eles e o Estado".

Ou seja, os dois países, na tentativa de fugir dos sistemas capitalista e socialista, acabaram ajudando no crescimento e fortalecimento da burguesia e, também, no atrelamento dos sindicatos e das organizações político-partidárias das classes populares ao Estado burguês (ambas os fatos também aconteceram no Brasil de Getúlio Vargas, durante seus primeiros anos no poder, de 1930-45).

Populismo no Brasil

O populismo surgiu no Brasil com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Vargas assumiu o poder através de uma revolução, tramada por seus aliados: os tenentes, uma parte do Exército (tropas gaúchas, mineiras e paraibanas), além dos políticos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Toda essa movimentação deve-se ao fato de o Presidente da República, a época, Washington Soares, paulista, não ter indicado um político mineiro à presidência da República. Era o rompimento da política Café-com-Leite (que consistia no revezamento de um político mineiro e outro paulista na presidência da Nação) e o início do fim do poderio da oligarquia cafeeira.

Após a revolução, o comando do País foi passado interinamente a Getúlio Vargas. Sabendo das dificuldades financeiras do País, decorrentes do "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, que levou a exportação do café, o principal produto de exportação brasileira, a bancarrota, ele precisava encontrar aliados para reestruturar economicamente o País.

Foi buscá-los na burguesia industrial emergente (mesmo assim, Getúlio não deixou de adular os cafeicultores. A destruição de toneladas e toneladas de café, todos os anos, era a saída para reduzir os prejuízos dos cafeicultores). Esta burguesia ainda não possuía a força política que os latifundiários tinham. Porém, já possuíam capital suficiente para ajudar o governo Vargas a soerguer a economia nacional e impedir um quebra-quebra generalizado no Brasil.

O populismo pode ser definido como a política do "vão-se os anéis, ficam-se os dedos", ou seja, faz-se algumas concessões ao povo e aos aliados, mas mantém-se o poder. Dava-se um pouco de direitos aos trabalhadores, mas atrelava-se seus sindicatos ao Estado. Queimava-se o café excedente, mas o lucro, que porventura aparecesse, iria para o desenvolvimento das fábricas. Para Francisco Weffort:

"A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de vazio político, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. (...) A adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a idéia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários".

Já a definição de Octavio Ianni é mais explícita:

"O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Ao mesmo tempo que os governantes atendem a uma parte das reivindicações do proletariado urbano, vão se elaborando instituições e símbolos populistas. Pouco a pouco, formaliza-se o mercado de força de trabalho, no mundo urbano-industrial em expansão. Ao mesmo tempo, as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. (...) No conjunto, trata-se de uma política de massas específicas de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas do país".

O populismo surgiu de uma lacuna, de um momento em que ninguém se mostrava como a classe hegemônica. Sabendo disso, Getúlio toma as rédeas do poder e, ora jogando com a vontade do povo, ora jogando com a vontade da oligarquia cafeeira e, principalmente, com a burguesia industrial proeminente, mantém o poder em suas mãos por 15 anos. Para isso, ele procurou "obscurecer" as lutas de classe, através do atrelamento dos seus órgãos representativos, os sindicatos, ao Estado, e dissolvendo os seus partidos políticos (Aliança Nacional Libertadora -ANL- e Partido Comunista Brasileiro - PCB).

Vargas procurou dar aos trabalhadores alguns direitos que há muito tempo batalhavam, como o direito ao voto secreto e universal, ao salário mínimo, à formalização de um período de trabalho, entre outras coisas. Ao mesmo tempo que dava ao trabalhador estes direitos, o presidente tirava-lhes a capacidade de se organizar. Getúlio fez leis expulsando os líderes sindicais estrangeiros, o que enfraqueceu os sindicatos e atrelou estes sindicatos ao Estado (foi aí que surgiram os sindicatos pelegos que, até hoje, são o maior problema da classe sindical).

Este surgimento do Populismo, segundo a definição de Ianni, também aconteceu devido à urbanização que começou a surgir com a revolução de 30 e à conseqüente transferência do poder das mãos da oligarquia cafeeira, ou seja, dos homens do campo, para a burguesia industrial, isto é, para os homens da cidade. Com esta mudança, o consumo de manufaturados aumentou e a busca por uma cultura que se identificasse com as massas também.

Antecedentes do Estado Novo

O período que antecede o Estado Novo está ligado a fatos que aconteceram a partir de 1922 com as revoltas tenentistas. Os tenentes eram oficiais que tinham como objetivo moralizar o País e torná-lo mais desenvolvido. Imbuídos destes objetivos, eles se revoltaram várias vezes contra os governos dos presidentes do pacto Café-com-Leite. Uma destas revoltas foi a dos 18 do Forte de Copacabana. Este episódio marca uma revolta debelada logo no início da marcha dos 17 tenentes revoltos e mais de um civil que partiram de encontro com as tropas governistas pelas areias da praia de Copacabana, na tarde de seis de julho de 1922.

Outro episódio que marcou pela ousadia e pela duração, além do fato de não ter sido derrotado uma única vez pelas tropas governistas, foi a Coluna Prestes. Comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, a marcha saiu de Assis Brasil, no Paraná, em abril de 1925, e foi até a Bolívia, encerrando a jornada em 3 de fevereiro de 1927. A marcha tinha como objetivo moralizar o País e acabar com a miséria que assolava a população carente do Brasil. Ela percorreu mais de 25 mil quilômetros do interior do Brasil até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

Mas o governo federal não gostou da idéia e enviou centenas de homens para impedir o progresso da coluna.

"O Exército federal, decidido a estancar a marcha, era auxiliado pelas milícias estaduais e, com maior eficácia ainda, por grupos de 'cangaceiros', bandoleiros equipados com dinheiro e armas fornecidos pelo governo. Além das dificuldades do terreno e da falta de água e de alimentos, a malária fez sérios ataques à expedição. Os habitantes locais, geralmente apavorados, tornavam-se hostis obstinados. O problema de preservar a disciplina e a harmonia entre os próprios revolucionários estava sempre presente".

Após o fim das revoltas tenentistas, o clima ficou mais tranqüilo, pelo menos até o "crack" da Bolsa de Valores em de Nova Iorque, em 1929. Com o "crack", a aliança de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como Café-com-Leite, se desfez. Era necessário se proteger a exportação do café, principal produto brasileiro a gerar divisas para o País. Logo, pela lógica dos cafeicultores, era necessário manter no poder alguém ligado à política paulista para que os incentivos fiscais, necessários para a manutenção do poderio econômico dos cafeicultores paulistas, continuassem idênticos ao período anterior ao "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

O presidente Washington Luís, paulista, deveria indicar um mineiro. Porém, para surpresa de seus aliados e, também de seus inimigos, ele indicou outro paulista, Júlio Prestes. Com isso, os representantes de Minas Gerais, sentindo-se traídos, procuraram aliar-se aos estados do Rio Grande do Sul e Paraíba em busca de vitória nas eleições presidenciais de 1930. Criou-se então, a Aliança Liberal.

Apesar de mobilizarem vários setores da sociedade contrários ao domínio da oligarquia cafeeira, a Aliança Liberal não conseguiu a vitória. As fraudes eleitorais, comuns à época, evitaram a vitória dos aliancistas. E como se não bastasse a derrota na disputa à Presidência, os candidatos aliancistas que concorreram a cargos estaduais, principalmente em Minas Gerais e Paraíba, não obtiveram o reconhecimento da vitória pelo Congresso, fato que aumentou ainda mais o sentimento de revolta por parte deles.

No dia 25 de julho, aconteceria o fato que impulsionaria de vez a ação armada: o assassinato de João Pessoa, presidente do Estado da Paraíba (cargo que hoje conhecemos como governador).

"Comentou-se depois que João Pessoa tinha ido a Recife pedir a cooperação do presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, na luta contra a rebelião de José Pereira (que contava com a complacência do governo federal que impedia que as tropas paraibanas recebessem armamento suficiente para combater os rebeldes que queriam tomar o poder na Paraíba); e que Coimbra tinha permanecido incomunicável no seu rancho. De qualquer forma, o principal interesse de João Pessoa em Recife era uma amante, cantora muito conhecida que devia chegar do Rio de Janeiro. O navio que a trazia ainda não havia atracado, e o presidente tomava um refresco numa confeitaria lotada, quando foi assassinado a tiros por João Duarte Dantas".

Com a morte de Pessoa, a Aliança agora tinha um mártir e a revolução não tardaria a acontecer. E, Sob o comando de Getúlio Vargas, o levante foi deflagrado às 17h30 do dia 3 de outubro de 1930 e logo se estendeu a outros pontos do País. Dois dias depois de iniciada a revolta, o governo federal instalou Estado de Sítio e começou a convocar reservistas do Exército. Mas a população estava insatisfeita com o regime e os homens chamados para defender a capital federal estavam mais dispostos a entregá-la facilmente para as tropas rebeldes comandadas por Vargas.

No dia 10 de outubro, Getúlio partiu à frente de suas tropas para o Rio de Janeiro pronto para a batalha. Porém, a batalha não aconteceu. No dia 24, Getúlio recebeu a notícia que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, juntamente com o almirante Isaías Noronha, haviam deposto o governo Washington Luís e tinham constituído uma junta governativa no dia 23, o que nada mais era do que uma tentativa de um golpe pacificador que, na opinião dos oficiais golpistas, serviria para evitar maior derramamento de sangue.

A junta tentou consolidar-se no poder, porém, com apoio das tropas dos tenentes e dos aliados políticos, Getúlio Vargas obrigou-lhes a passar o governo da nação a ele. Vargas chegou ao Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1930, mas preferiu receber o governo apenas em 3 de novembro do mesmo ano, um mês após o início do movimento golpista. Mas Vargas não iria se contentar apenas em ficar a frente do governo.

"Vargas sentia que o país estava maduro para as reformas - reformas que em 1930 pareciam muito mais radicais do que nos parecem hoje. Sem perder de vista o objetivo de produzir mudanças, Getúlio procurava evitar que fosse transformado em um mero peão de qualquer das forças em jogo, e assegurava que os grupos que inevitavelmente se tornariam contrários não chegassem a constituir uma força preponderante".

Logo após tomar o poder da junta militar que depôs Washington Luís da presidência, Getúlio Vargas assumiu a direção do País. Instalava-se o governo provisório que começou em 1930 e terminou em 1934. Esse período foi cercado de problemas. Crises no Nordeste, em Minas Gerais e em São Paulo eram geradas pela inexperiência política-administrativa dos "tenentes" que ganharam de Vargas as interventorias estaduais. Em todos esses momentos difíceis, Vargas, com agilidade, soube resolvê-los.

Os problemas no Nordeste se davam por dois pontos, excluindo-se aí a falta de experiência dos "tenentes". Um dos problemas era falta de recursos que deveriam vir do governo federal, pois o ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, estava empenhado em equilibrar o orçamento afetado pela redução da receita. O outro problema de Whitaker foi a seca, uma das mais longas da história brasileira, o que dificultou os governos dos interventores.

Em Minas, a questão estava ligada à tentativa, por parte dos "tenentes" e de homens do Partido Republicano Mineiro (PRM), de tirar do poder o velho governador Olegário Maciel. Olegário resistiu bravamente e acabou premiado com sua continuidade à frente do governo de Minas, graças ao apoio de peças importantes do governo federal (Francisco Campos, que chegou a criar uma guarda semi-fascista para proteger Olegário, e Leite de Castro, Ministro da Guerra). Aos inimigos do governador mineiro restaram o choro nas prisões.

Em São Paulo, os problemas eram muitos. Governados por um militar nordestino, João Alberto, cheio de idéias interessantes como o aumento dos salários (5%) e a doação de terras, os paulistas estavam insatisfeitos e as boas idéias de Alberto só geraram uma coisa: começaram a chamá-lo de comunista e a montar vários planos para depô-lo do cargo. Antes que viesse a perder, João Alberto, pressionado por todos em São Paulo (industriais, militares, fazendeiros etc.), entregou o cargo e pediu a Vargas que escolhesse um civil e paulista para governar São Paulo.

Mas já era muito tarde. Mesmo após a nomeação de um paulista e civil para a interventoria (Pedro de Toledo foi o homem escolhido para assumir a interventoria paulista), a população paulista, motivada pelos grandes prejudicados com a política pós-30, os cafeicultores, continuava irada. Uma revolução parecia iminente.

E ela veio. A 9 de julho de 1932, estourava a Revolução Paulista, por uma São Paulo livre, por uma nação livre e por uma Constituição. Recrutaram-se diversos homens (até mulheres se apresentaram) que, liderados pelo general Bertoldo Klinger, esperavam o apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná para conseguirem assim a grande vitória.

Como as tropas federais eram em maior número e muito mais bem preparadas e organizadas, chegaram à vitória contra as tropas de São Paulo (divididas em três frentes: no leste, no norte e no sul) à 29 de setembro de 1932. Apesar da vitória, Getúlio fez várias concessões aos derrotados. A maior delas foi a convocação de uma Assembléia Constituinte para 5 de maio de 1933. A primeira mudança notada pós-Revolução de 1930 se deu nas eleições, com a criação dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Supremo Tribunal Eleitoral. Os dois órgãos, fundados por decreto presidencial de 18 de abril de 1932, tornavam bem mais difícil se burlar os votos, adulterando o nome de candidatos, ou intimidar os eleitores, até porque o voto era secreto. A intenção era evitar as fraudes a todo custo. E para isso até alguns exageros foram cometidos. "Na verdade, com a preocupação de eliminar a fraude e de proporcionar ao Brasil sua primeira experiência democrática, os novos tribunais eleitorais estabeleceram procedimentos tão estritos que o registro de eleitores tornou-se lento e difícil".

No dia 17 de julho de 1934, a força de Vargas foi confirmada. Ele venceu, através de uma eleição indireta (já que todos os votos - secretos - foram dados pelos membros da Assembléia Constituinte). Vargas venceu com 175 votos a favor, contra 59 dados a Borges de Medeiros e 4 ao general Góis Monteiro.

O período democrático foi bastante conturbado. As eleições de outubro de 1934, que elegeram os deputados estaduais e federais, além dos presidentes estaduais, foram desastrosas para os aliados do poder central. Os "tenentes" e seus aliados perderam terreno para as forças contrárias nos estados.

"A eleição foi um desastre para os 'tenentes', que perderam suas posições no Nordeste. Em Pernambuco, João Alberto foi derrotado por Lima Cavalcanti, que era getulista. No Ceará, Juarez Távora, natural do Estado, viu seus candidatos perderem para os que tinham sido indicados pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Em três outros Estados do Nordeste os interventores foram derrotados. As vitórias dos grupos de Pedro Ernesto, no Distrito Federal, e de Juraci Magalhães, na Bahia, eram os únicos resultados confortadores para os 'tenentes'".

Para tentar evitar perder o controle dos principais aliados, como em Minas Gerais e Distrito Federal, Vargas procurou intervir sutilmente, ajudando assim na manutenção de Benedito Valadares no governo de Minas Gerais e na eleição do Ministro da Marinha, para o governo do Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Neste mesmo período, surgiram dois novos grupos contrários em sua gênese que, de certa forma, mostravam as tendências dos novos tempos: a Aliança Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira era liderada por Plínio Salgado e tinha características fascistas e por lema trazia os dizeres "Deus, Pátria e Família", além de contar com a simpatia do presidente Vargas. A ANL, apesar de não ser, reconhecidamente, um partido comunista, possuía essas tendências e recebia apoio de comunistas como Luís Carlos Prestes (seu presidente honorário).

O governo federal, vendo crescer a influência da ANL, baixou uma lei assinada por Vargas a 11 de julho de 1935, que colocava na ilegalidade qualquer partido com ideologia internacional. Uma curiosidade: a AIB continuou a existir, apesar de utilizar ideologia nazi-fascista, ou seja, ideologia germânico-italiana.

Os comunistas e contrários à política de Vargas já vinham dispostos a mudar na base da bala se necessário fosse a situação do País. Prestes, sua esposa, Olga Benário, e aliados iniciaram os preparativos para o golpe, porém, entre eles havia um traidor - Paul Gruber - que era, na verdade, um espião a serviço do Intelligence Service (serviço de inteligência) britânico. O delator entregou os outros líderes, como Rodolfo Guioldoi, Secretário-Geral do Partido Comunista argentino, Harry Berger, judeu russo naturalizado americano, e sua esposa Elise Berger, os quais, um a um, foram caindo nas garras da polícia política de Vargas.

Prestes e Olga Benário Prestes foram levados para celas diferentes (Olga na Casa de Detenção e Prestes na sede da Polícia Especial). Prestes ficou lá até Vargas conceder anistia aos presos políticos e Olga foi deportada para a Alemanha em 23 de setembro de 1936, onde foi assassinada "na câmara de gás da cidade alemã de Bernburg, na Páscoa de 1942".

Os levantes ocorridos em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro não foram suficientes para efetuar a revolução e foram rapidamente debelados. Em 1936, enquanto prosseguia a campanha de investigação dos comunistas, os políticos preparavam-se para a eleição presidencial marcada para 3 de janeiro de 1938. Getúlio achava prematura a data, porém a Constituição assim determinava e o presidente nada (pelo menos constitucionalmente) poderia fazer.

Os integralistas sentiam-se poderosos e fortes para o pleito que se aproximava. Esta confiança vinha da influência cada vez maior dos integralistas dentro da sociedade e da entrada cada dia de mais e mais pessoas influentes no cenário político, econômico e militar. Além disso contavam, aparentemente, com a benção de Getúlio (na verdade o político gaúcho só estava interessado nos integralistas para que esses impedissem a proliferação das crescentes tendências comunistas no País).

Porém, existiam alguns políticos que já pressentiam o golpe de 1937. Flores da Cunha, ex-aspirante à Presidência, era um desses. E para evitar que Flores tentasse algo contra o governo, Vargas concedeu ao general Góis Monteiro a unificação das milícias estaduais ao Exército. Sabendo que não contaria com o apoio do ministro da Guerra, João Gomes, que fora indicado pelo governador paulista, Getúlio substituiu-o por Eurico Gaspar Dutra, que compartilhava as idéias de Vargas e Góis. O fim das ambições de Flores da Cunha estava agora à vista e Góis começou a instalar no Sul um aparelho militar do tipo que o gaúcho não podia deixar de respeitar.

Mas para os políticos mais poderosos que Plínio Salgado ou Flores da Cunha, a campanha eleitoral começara em 20 de novembro de 1936, na cerimônia de inauguração do edifício do Instituto do Cacau, em Salvador. Lá, surgiram rumores de que Vargas realmente continuaria. Ainda nesse evento o governador da Bahia, Juraci Magalhães, respondeu a essa idéia ditatorial de Vargas e seus seguidores acentuando a importância das eleições e esboçando o perfil de seu candidato ideal (que assemelhava-se a Armando Sales). Getúlio, que estava presente fazendo-se de desentendido, falou ao ouvido de seu vizinho de mesa: o candidato que Juraci está pintando é o Senhor do Bonfim. Mais tarde, Juraci, de certa forma indignado, propõe uma aliança entre São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, para evitar um golpe. Prontamente, Lima Cavalcante, governador de Pernambuco, aceitou e Juraci tentou convencer Armando Sales, governador de São Paulo, a entrar nessa aliança em favor da democracia. Armando, vendo que sua candidatura já estava bem adiantada, recusou.

Armando Sales não era do gosto de Getúlio, pois Sales dizia que a candidatura de um representante da elite paulista perturbaria o País e poderia ser desastroso; e Góis acrescentava que a aliança do paulista com o gaúcho Flores da Cunha não seria aceita com boa vontade pelo Exército.

Além desses candidatos, outros colocaram seus nomes à disposição do povo para as eleições presidenciais. Foram eles: José Carlos de Macedo Soares - paulista, que era Ministro das Relações Exteriores - e José Américo de Almeida, do Tribunal de Contas que contou com o apoio do governo.

Vendo que políticos influentes como o governador mineiro Benedito Valadares, Juraci Magalhães e Antônio Carlos começavam a lutar pela realização das eleições, Getúlio começou a enfraquecê-los. Em Minas, fez com que a milícia estadual ficasse às ordens de Dutra, o que preocupava Valadares. A Antônio Carlos, fê-lo perder a presidência do Congresso para o jovem político mineiro, Pedro Aleixo, e, quanto a Juraci, acusou-o de querer perturbar a ordem nacional em cadeia nacional de rádio. O que mostrava cada vez mais a estes e outros políticos que Vargas não pretendia deixar que as eleições vingassem.

As eleições que tantas discussões geraram nem chegaram a acontecer. Getúlio começou a preparar um golpe para continuar a frente do País. Enquanto isso, Francisco Campos, antigo líder dos camisas verdes (como também eram conhecidos os integralistas, já que seu uniforme era composto camisas verdes) do Estado de Minas, preparava uma nova Constituição ao seu estilo, ou seja, autoritária, como também gostava o presidente.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, vários boatos acusavam grandes nomes da política nacional de envolvimento com a Intentona Comunista de 1935. Finalmente, no princípio de maio de 1937, surgiram boatos de uma nova revolta comunista. De novo o governo decretava estado de sítio e determinava a apreensão de todo o arsenal de provisões gaúchas. Getúlio nomeou então Góis para chefe do Estado-Maior, para a satisfação do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. A liderança do Exército unificada conspirava, ao lado de Getúlio, contra a democracia.

Mesmo assim a campanha eleitoral continuou. O ministro da Justiça, Macedo Soares, cancelou a censura e o estado de sítio e libertou os simpatizantes do comunismo que haviam sido detidos. Enquanto isso, as marchas integralistas voltavam a ser atacadas a tiros e iniciavam-se os comícios.

Os candidatos mais fortes nesse momento eram Armando Sales, que baseava sua campanha numa crítica ferrenha à inflação, proporcionalmente suave, que afetava o País, e o escritor José Américo que procurava os votos da esquerda. O escritor chegava a convencer os esquerdistas de que era realmente o candidato oficial, pois atacava o governo e tentava passar a imagem de único honesto no Brasil. José Américo também atacou os monopólios e as classes ricas e mostrava seu ódio pelo integralismo. Isto levou Vargas a achar a campanha de Américo chocante pela sua demagogia.

Sentindo que a campanha de Américo estava fazendo com que o povo e os políticos mineiros e pernambucanos pulassem para o lado do candidato paulista, Getúlio achou melhor que os dois renunciassem e que as eleições fossem adiadas. Valadares, que fora incumbido da missão de conversar com Sales sobre a proposta do presidente, irritou-se com a demora para ser atendido e foi ver Getúlio sem a resposta de Sales.

Francisco Negrão de Lima, o mineiro que deveria supervisionar a campanha de Américo, foi o homem que tinha como missão libertar todos os que apoiavam Américo deste compromisso, evento feito a mando de Vargas e Valadares (o qual já tinha concordado em entrar no golpe que seria dado com o apoio de dois ministros militares).

Finalmente, no dia 30 de setembro de 1937, todos os jornais e rádios do País anunciavam o Plano Cohen. Segundo esse plano, descoberto pelo Estado-Maior do Exército, os comunistas planejavam um golpe contra o Brasil e, para que isso fosse evitado, era necessário que o Congresso concedesse mais uma vez a Vargas a autorização para que ele decretasse o estado de sítio.

E isso foi feito. A partir daí, vários inimigos da pátria foram presos e outros exilados. O governo federal tinha todo o País nas mãos. Ao saber da nova Constituição que estava sendo preparada, Plínio Salgado mostrou logo o seu apoio (e dos integralistas, obviamente) ao presidente, organizando uma passeata nos moldes das que aconteciam na Alemanha nazista, o que veio a assustar a filha do presidente, Elzira Vargas, por causa do número de pessoas do alto escalão das forças armadas, industriais, trabalhadores, senhoras da alta sociedade, soldados e marinheiros presentes.

Armando Sales e José Américo, sentindo que o golpe estava próximo, começaram, cada um, a articular-se contra esta agressão à nação. Porém, os aliados de Vargas anteciparam do dia 15 para o dia 10 a data do golpe: a data do início do Estado Novo.

Estado Novo

A partir da madrugada do dia 10 de novembro de 1937 começava um dos períodos mais reacionários, politicamente, e evolucionário, em termos de desenvolvimento da história do Brasil. O congresso foi fechado, os mandatos de políticos cassados, direitos revogados, Constituição anulada, censura instalada, enfim, nascia o Estado Novo.

O Estado Novo pode ser caracterizado pelo regime político em que há a primazia do Executivo, onde o Estado é uma espécie de ser supremo. Neste regime, os partidos políticos não intervêm na política nacional e o Legislativo não tem nenhuma participação. Apesar de o Congresso estar fechado, havia uma Carta Constitucional que regia o País: a chamada constituição polaca. Esta Constituição era centralizadora, hierárquica e nacionalista, dado que esta Carta era baseada nas leis fascistas.

Os militares que não apoiaram o golpe foram reformados de acordo com um artigo da nova Constituição. Um dos militares que se opuseram ao golpe foi o coronel Eduardo Gomes, que pediu demissão de seu posto, no 1º Regimento de Aviação. Instalado o Estado Novo, Vargas começava a se preocupar como trataria seus inimigos e aliados.

Para Getúlio, já não havia mais porquê alimentar as ilusões ambiciosas dos integralistas, além de sentir que Plínio Salgado queria tomar-lhe o poder, assumindo assim, o comando do País. Para que isso fosse evitado, Vargas já havia colocado dentro da Constituição que os partidos políticos assim, como o integralista, estavam proibidos e seus lemas, bandeiras e símbolos também.

Acuados e sentindo-se traídos, os integralistas resolveram derrubar o presidente através de um golpe armado. E antes do decreto oficial da ilegalidade da AIB, a 3 de dezembro de 38, mais precisamente em 10 de maio de 38, resolveram atacar o Palácio Guanabara, contando com o apoio de oficiais da Marinha e do Exército. O ataque contava com muitos homens pelo lado integralista (porém, na maioria despreparados). No dia do ataque, o Palácio estava quase vazio. Vargas, Elzira e uns poucos guardas ficaram várias horas sitiados em um gabinete a espera de reforços que demoraram muito a chegar. Mas, devido a incompetência dos agressores, nada de mais aconteceu. Plínio Salgado conseguiu se exilar em Portugal e os outros golpistas foram presos ou fuzilados, segundo o livro Getúlio Vargas - Biografia Política -, de Jonh W. F. Dulles.

Após o incidente que quase vitimou o ditador, seus familiares (principalmente Benjamim e Elzira) decidiram que seria melhor Vargas constituir uma guarda pessoal formada por pessoas de confiança, todos de São Borja e todos deveriam estar sempre muito bem armados.

Durante o primeiro ano do Estado Novo (1937-1938), o governo brasileiro acabou se desentendendo com o governo alemão, o que provocou, por um período de mais ou menos um mês, o rompimento das relações comerciais e democráticas. Esse rompimento se deu, entre outros motivos, pelo governo achar que a Embaixada alemã teria alguma influência na tentativa de golpe a Getúlio em maio de 1938. Outro motivo foram as seguidas desavenças com o embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, que acabou sendo considerado persona non grata pelo governo brasileiro. Ritter também foi impedido de reassumir o cargo na embaixada após voltar de uma reunião nazista em Nuremberg, o que causou a sua expulsão imediata.

Porém, como interessava a Vargas aproveitar ao máximo o melhor que os Estados Unidos e os países do Eixo (em especial a Alemanha), poderiam dar ao governo brasileiro, o País procurou reatar as relações com a Alemanha, o que ocorreu em princípios de junho de 1939.

Enquanto jogava com os dois lados, Getúlio conquistou benefícios para o País. Arrancou do governo norte-americano US\$ 19,2 milhões para pagar aos exportadores americanos, arranhou cerca de oito milhões duzentas e oitenta mil de Libras como forma de empréstimo junto ao governo dos Estados Unidos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro, além de outros avanços.

Durante estes momentos de aflição, Vargas, apesar de tudo, ainda conseguiu visitar o Interior do País, local há muito esquecido. Nesta viagem tratou de aprovar um plano de colonização de Goiás. Também visitou selvas e o Norte do País, trazendo muitas alegrias e esperanças ao povo sofrido daquelas regiões.

Voltando ao assunto sobre a posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial, esta definição só saiu definitivamente após ao ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, quando depois da reunião ministerial promovida por Vargas ficou resolvido por unanimidade que o Brasil deveria declarar solidariedade aos Estados Unidos.

O rompimento total e oficial do Brasil com os países do Eixo e a conseqüente declaração de guerra contra os seus membros só se deu um pouco depois. O distanciamento entre o Brasil e os países do Eixo começou a se tornar realidade quando Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo pelo qual os norte-americanos teriam que conceder ao País armas e equipamentos mecanizados para as forças armadas brasileiras; proteção militar, caso viesse a ser necessário; e, por fim, uma fórmula para que a Argentina pudesse apoiar os aliados na guerra, na conferência do Rio de Janeiro. Tudo isso havia sido proposto (e os dois primeiros pontos que os EUA deveriam cumprir foram cumpridos) por Vargas ao presidente da delegação americana Summer Welles. E o fator que finalizou o acordo Brasil e Estados Unidos juntos na Guerra Mundial contra os países do Eixo foi o torpedeamento de embarcações por, teoricamente, submarinos alemães que, finalmente, fizeram o Brasil declarar guerra aos países do Eixo, excluindo-se o Japão ("extra-oficialmente se informou que o Japão não havia cometido qualquer agressão ao Brasil").

"A 15 de março de 1943, Vargas aprovou o memorando de Dutra sobre a Força Expedicionária Brasileira - FEB, com a ressalva de que o envio dos homens dependia do recebimento do material bélico de que o envio de tropa expedicionária, como da que deve ficar guarnecendo o nosso território".

Foram enviados para a Itália, com a FEB, vinte e cinco mil e trezentos homens, dentre eles Lutero Vargas (filho de Getúlio), dos quais quinze mil participaram da luta. Entre eles, quatrocentos e cinquenta e um perderam a vida e cerca de dois mil foram feridos em combate.

Saindo dessas confusões bélicas, a denominação clássica pela qual Vargas é conhecido como pai dos pobres, surgiu através da política populista empregada por Getúlio, que "dava os anéis para conservar os dedos", ou seja, fazia pequenas concessões aos trabalhadores em troca de sua total lealdade e silêncio. Dentro dessas concessões, tem-se o salário mínimo (1937) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, em 1943), como duas das principais leis em benefício do trabalhador já instituídas no Brasil.

Sentindo que a guerra mundial caminhava para um final com a derrota das ditaduras nazistas pelas quais o presidente nutria admiração, Getúlio resolveu começar a afrouxar as rédeas com que mantinha o País.

Em 1943, políticos liberais cuidadosos lançaram propostas de mudança em um manifesto que ficou conhecido como o Manifesto dos Mineiros. No ano seguinte, o general Góis Monteiro foi à Montevideu, no Uruguai, e, após conversar com militares americanos, voltou falando em democracia. Diante desses fatos, Vargas não viu outra alternativa mais interessante e tomou a iniciativa de acabar com a censura, anistiar os presos e marcar data para as eleições.

Com isso, muitos acharam que o ditador começava a se preparar para largar o poder. Ledo engano. Getúlio articulava nos bastidores uma campanha para sua continuidade no poder enquanto a Assembléia Constituinte trabalhava. Essa campanha ficou conhecida como o *queremismo*.

Curiosamente, além do PTB, criado por Vargas, o único partido a apoiar esta política do *queremismo* era o PCB. Prestes, o maior líder do PCB no Brasil, alegava que a participação do Partidão ao lado de Getúlio se dava porque haveria a necessidade de novo presidente assumir dentro de um novo quadro constitucional, ou seja, mesmo depois de sofrer muito nas mãos do sistema repressor de Getúlio e ter a mulher mandada para um campo de concentração nazista pelo ditador, Luís Carlos Prestes esquecia tudo isso.

"Vargas continuava com *armações*". O ditador, após a aliança com o PCB, "propôs uma lei nacionalista antitruste, a Lei Malaia". A classe dominante, ávida de lucros, não suportou mais esse golpe e, em harmonia com o Exército, derrubou Getúlio do poder em outubro de 1945, passando o poder ao cearense, chefe do Judiciário, José Linhares, que assumiu a Presidência até que o novo presidente fosse eleito.

Contudo, Vargas não perdeu nenhum de seus direitos, nem mesmo os políticos (como deve ocorrer normalmente com os ditadores), e voltou nos braços do povo em 1951 para os últimos anos do governo e vida. Veremos, nos próximos capítulos, alguns aspectos específicos do governo Vargas durante o Estado Novo (a política social, econômica e comunicacional).

Política Econômica do Estado Novo

Antes de mais nada, é preciso explicar que para o plano de tornar o Brasil um País industrializado desse certo era necessário que houvesse uma ruptura com as oligarquias cafeeiras. Para isso, foi necessária a quebra de um dos seus pilares, o federalismo. Essa quebra da oligarquia cafeeira aconteceu próximo de outro momento histórico importante: a Segunda Guerra Mundial. Com a guerra, os países industrializados ficaram impossibilitados de enviar materiais manufaturados para os países do terceiro mundo. O Brasil, assim como todos os terceiro-mundistas teve que investir na criação de um parque industrial. No caso nacional, esta industrialização do País foi consolidada no governo do presidente Juscelino Kubtischek (1955-61).

"A industrialização passou a ser definida como alternativa para o crescimento econômico, o que implicou em mudanças significativas, como a realocação de recursos e benefícios aplicados de formas mais diversificadas entre os setores produtivos. Ao fim da década de trinta, a ênfase econômica foi conferida prática e formalmente à indústria, apesar do conjunto fragmentado de iniciativas. Fatores internos fomentavam a indústria, entre eles a desvalorização da moeda que encarecia os produtos importados estimulando a produção de bens manufaturados, além do que aumentavam sensivelmente a possibilidade de consumo do mercado urbano".

Mercado esse formado a partir do momento em que o centro econômico do País deixou de ser agrário-exportador e passou a ser industrial. O surgimento dessas indústrias teve como causa principal a grande soma de dinheiro que foi liberado pelos Estados Unidos para o Brasil em forma de empréstimos a longo prazo. A idéia dos norte-americanos era, ao emprestar dinheiro para o governo Getúlio Vargas, desenvolver a sua indústria e ter o Brasil como aliado contra os países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Se antes o poder estava nas mãos dos latifundiários, principalmente paulistas, este poder começava a migrar para as mãos da burguesia industrial. Apesar de ainda incipiente, esta nova classe já tinha uma ideologia forte. O autoritarismo e a necessidade da nacionalização da produção industrial eram pontos desta ideologia.

Mas não eram só os burgueses que reivindicavam a industrialização. As Forças Armadas também reivindicavam a industrialização já que acreditavam que ela seria a possibilidade de reequipar as forças armadas. Os militares exigiam a criação de uma indústria do aço e do Conselho Nacional de Petróleo.

A ajuda norte-americana à indústria brasileira criou um surto industrial no País, ainda em 1933 e teve seu declínio em 1939. Porém a indústria continuou viva no País, mas só veio a expandir novamente com o governo de Juscelino Kubtischek, de 1956 a 61.

Para substituir esta velha fórmula, foi feita outra: a política de industrialização de base. Esta sim, forte e duradoura, já que se propunha a montar indústrias em áreas vitais para o País, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, além de várias estradas de rodagem. Tudo isso graças à implantação do plano quinquenal, que visava construir estas obras anteriormente citadas, além da drenagem do rio São Francisco e a compra de navios para o Lloyd Brasileiro e marinha e de aviões para a aeronáutica.

Política Social do Estado Novo

Durante o Estado Novo, Getúlio continuou o processo de mitificação de sua imagem que havia começado já em 1930. Ao mesmo tempo em que reprimia os movimentos sociais, o ditador procurava fazer algumas concessões que possibilitassem ao povo melhores condições de vida. Desta forma, mantinha firme o apoio da maioria da população em detrimento de uma minoria que lhe fazia oposição. Para isso foi importante a criação de uma ideologia que proporcionasse uma inter-relação entre o Estado e as classes trabalhadoras. Daí surgiu o Trabalhismo. "Essa ideologia partia da mitificação da figura de Vargas, o 'doador' de toda legislação trabalhista, que 'retirou' o operariado de sua situação de total esquecimento e abandono".

Para isso foi importantíssima a participação da imprensa como divulgadora e propagandista desta ideologia estadonovista. "(...) Getúlio passava a ser conhecido como 'pai dos pobres'. O trabalhador e o trabalho passavam a figurar nos discursos oficiais de tal forma que iriam marcar grande parte das manifestações culturais e políticas do País".

A criação do Estado Novo deu a Vargas a possibilidade de melhorar o seu esquema de dominação das massas. Com o golpe, as forças políticas que se opunham à tutela do Ministério do Trabalho (criado com a revolução de 30 e que tinha como missão-mor regular a situação do trabalhador "dando" a ele total condição de trabalhar, receber e ter uma vida digna) e a seu projeto de centralização sindical, como os sindicalistas espanhóis e italianos, considerados os mais perigosos, segundo Mario Schmidt, em seu livro Nova História Crítica do Brasil, foram expulsos dos sindicatos e, em seus lugares foram colocados pelegos (pessoas compradas pelo governo federal). Esta era a melhor forma de controlá-los sem criar muita confusão com os operários.

Desta forma, o governo controlaria os sindicatos e, ao mesmo tempo, os manteria existindo, dando assim a imagem de um governo democrático. Isso dava uma certa áurea de importância ao Ministério do Trabalho como a casa do trabalhador. Este fato foi importante para ajudar a manter a imagem de Getúlio como o "pai dos pobres".

Outro fator importante para a consolidação de Getúlio como uma figura caridosa e do regime ditatorial imposto pelo governo federal como algo benéfico para a população foi a Constituição de 1937:

"A Constituição de 1937 fixou as diretrizes da política social e trabalhista que seria implementada no Estado Novo. Foram confirmados direitos trabalhistas já fixados na Constituição de 1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, e foi também mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores. Mas houve uma alteração importante: o princípio da unidade sindical foi reestabelecido, e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. A greve e o lock-out foram proibidos, pois passaram a ser considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional".

Como de costume, durante o período do Estado Novo, todas as leis dedicadas aos trabalhadores eram anunciadas no dia do Trabalho, passando assim o dia Primeiro de Maio a ser uma espécie de dia das boas novas do governo federal. Com isso, esta data "foi erigida como data magna do regime e contava com grandes paradas, desfiles, inaugurações e discursos".

Uma destas leis foi a do salário-mínimo, anunciada em 1º de Maio de 1940. O Brasil foi dividido em regiões a fim de haver uma fixação do salário de acordo com a produção e a necessidade de cada região, isso medido através de uma escala. No Distrito Federal (que à época ainda era o Rio de Janeiro), foi estabelecido um salário-mínimo inicial de 240 mil réis, 55 mil a mais do que a média anunciada - sem esquecer que o Distrito Federal era onde se encontrava o maior índice, de acordo com a análise da escala de necessidade de cada região. Ainda durante o Estado Novo, em 1943, houve um novo reajuste. O salário passou de 240 mil réis para 380 mil réis, um aumento de mais de 58% (bem acima dos reajustes concedidos durante os governos anteriores).

Junto com a criação do salário mínimo, deste reajuste de 1943 e com a lei que criou a centralização sindical e seu conseqüente atrelamento ao Estado, o governo tratou de dar garantias de sobrevivência aos sindicatos, criando, em 1940, uma contribuição sindical compulsória, o imposto sindical (que dura até hoje), correspondente a um dia de salário pago ao sindicato por trabalhadores sindicalizados ou não. Por exemplo, os sindicatos recebiam do Ministério do Trabalho 60% da quantia paga pelo trabalhador, as federações recebiam 15%, as confederações 5% e o Fundo Social Sindical 20%. Esta verba proveniente do Fundo Social Sindical era bastante utilizada pelo governo federal para financiar ministérios e campanhas eleitorais.

"De acordo com analistas da legislação trabalhista, o imposto sindical foi o principal responsável pelo estreitamento da subordinação dos sindicatos ao Estado, pois os fundos transferidos por essa via garantiram sua viabilização econômica. Tanto isso é verdade que até hoje nenhuma lei anulou o imposto sindical, sabendo os sindicalistas que suas organizações não podem manter-se exclusivamente com as contribuições arrecadadas dos seus associados".

Outro fator importante da política social do Estado Novo, que não pode ser esquecido jamais, foi a CLT ou Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada em 1º de Maio de 1943 e que representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida a partir de 1930, com a chegada de Vargas ao poder.

A CLT introduziu muitos direitos até então inexistentes como horário de trabalho, férias, descanso remunerado, condições de segurança etc. Outra iniciativa relevante foi a oficialização da assinatura da carteira de trabalho do operário no ato da contratação por qualquer empresa, instituída em 1932 e oficializada com a CLT, e que daria a partir de 1943, a chance de o trabalhador exigir seus direitos, já que a partir daquele momento ele possuiria um material oficial por escrito do registro de contratação pela empresa.

Com a aprovação da CLT, o prestígio de Getúlio Vargas, que já era grande, aumentou. Fortaleceu-se a imagem do ditador como protetor dos pobres, como tutor da classe trabalhadora. Até hoje, apesar de os opositores já terem feito algumas modificações, a CLT continua forte.

Comunicação Social do Estado Novo

A comunicação no Estado Novo tem características bem próximas das utilizadas pelos governos totalitários dos países europeus no período que vai de 1936 a 1945 (final da II Guerra Mundial). Principalmente na que era utilizada pela Alemanha nazista. Isto porque "um governo ditatorial precisa multiplicar esforços no campo da repressão e da informação para autojustificar-se como a melhor opção para o País em determinado momento" e, através desta política repressora e centralizadora dos estados nazi-fascistas, era possível controlar os meios de comunicação, tão importantes para que estes governos prosperassem.

Neste capítulo vamos traçar um quadro comparativo entre os meios de comunicação durante o período nazi-fascista na Alemanha e os utilizados no Brasil do Estado Novo. Veremos quais eram as semelhanças entre os dois e como, em cada um, se dava o processo de dominação dos veículos e, principalmente, como Alemanha e Brasil os utilizavam para conseguir o apoio das massas.

A comunicação social da Alemanha nazista

É importantíssimo estudar a comunicação na Alemanha nazista para tentar entender como Adolf Hitler conseguiu manipular a imprensa a seu favor, para depois averiguar como Getúlio Vargas se utilizou de um esquema parecido para dominar os veículos de comunicação de forma que estes propagassem os ideais e feitos do governo brasileiro. É bom que fique bem claro que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Vargas tinha várias semelhanças com o Conselho Nacional de Cultura de Joseph Goebbels.

Na Alemanha nazista, assim como no Brasil estadonovista, o Estado procurou apoderar-se de todos os veículos de comunicação da época (rádio, impressos e cinema) com o propósito de conseguir "uma base popular extensa com uma intervenção ideológica decisiva". Base esta, vital para a manutenção do poder nas mãos de Hitler e Vargas (além dos aliados de cada um dos governantes em seus respectivos países).

Mas analisemos, neste sub-capítulo, os aspectos marcantes da comunicação no Estado nazi-fascista. Porém, é preciso que entendamos como funcionava ideologicamente o sistema nazi-fascista. Neste tipo de governo totalitário, buscava-se o domínio político através da pasteurização ideológica, ou seja, procurava-se juntar todas as correntes ideológicas em uma só, expurgando, lógico, aquilo que fosse contrário aos interesses do governo federal. E isso fica claro quando Ciro Marcondes Filho, em seu livro *O Capital da Notícia - o jornalismo como produção de segunda natureza* afirma que "o Estado fascista permite demonstrar com relativa clareza o alcance da manipulação informativa de classe e os efeitos do radicalismo político no plano do domínio e do controle ideológico total".

Nos governos fascistas, como o era o alemão, a informação fica totalmente vinculada ao Estado. Tudo que é veiculado tem que passar pela análise e aprovação dos órgãos fiscalizadores da mídia, como o DIP do governo fascista de Vargas. Mas, para que todo esse esquema funcionasse, era necessário um Estado forte e isso não existe sem que haja, também, o apoio do povo. E para que essa população apoiasse o regime nazista na Alemanha de Hitler, por exemplo, era necessário que o ditador alemão recuperasse a economia germânica tão abalada. Mas também para isso era necessário contar com o apoio da população. E isso se deu através de uma política de comunicação forte e agressiva. Política de comunicação esta bem mais visível na Alemanha e no Brasil, do que nos outros países totalitários das décadas de 30, 40 e 50, de acordo com Morán em seu texto *A Comunicação Populista - populismo, totalitarismo e políticas de comunicação*.

E para isso eram necessárias algumas coisas:

"Os sociólogos Robert Merton e Paul Lazarsfeld, tomando principalmente como modelo o nacional-socialismo, definem três características como fundamentais para uma política eficiente de comunicação: monopolização (...), canalização (...) e suplementação (...)".

Na monopolização, há pouca oposição aos meios de comunicação oficiais, dentro de uma estrutura política autoritária que neutraliza a contra-informação. Ou seja, total liberdade para os veículos de comunicação atrelados ao poder central e total censura aos veículos opositores ao sistema nazista. Isso ficou mais forte a partir do momento em que o Ministério da Informação e Propaganda alemã passou para a direção de Joseph Goebbels, que seis meses depois de assumir criou o Conselho Nacional de Cultura.

Dentre os meios dominados pelo governo nazista dois se destacam: o cinema e o rádio. O primeiro, de acordo com Goebbels, é um dos meios mais modernos e científicos para agir sobre as massas. O outro veículo, o rádio, como era público, foi mais facilmente controlado pelo governo nazista. Assim como nos discursos de Hitler, Vargas também procurava colocar um tom de grande líder em seus discursos através do rádio. O ditador sempre tentava destinar aquela mensagem para um grupo determinado de pessoas. E, assim como no caso brasileiro, na Alemanha de Hitler era necessário dominar os veículos de comunicação existentes.

De acordo com Ciro Marcondes Filho, no livro já citado...

"Os fascistas davam menor importância à palavra impressa; a divulgação, o melhor efeito e a melhor manipulação seriam mais eficazes pelo rádio, e, mais ainda pelo cinema e pelo aparecimento público ao vivo. Daí o fato de o 'jornalismo' durante o fascismo ser basicamente audiovisual ou só auditivo. Não importava tanto o texto, a idéia, mas a sua construção visual, o entretenimento. O jornalismo fascista invade, mesmo que seja com notícias e com política, essencialmente o âmbito do sistema imaginário, como os filmes em geral".

E, assim como no governo brasileiro, na Alemanha procurou-se incentivar a distribuição de aparelhos de rádio e promover doações ou vendas a preços reduzidos. Tudo isso para proliferar ao máximo o rádio entre o povo alemão. Goebbels obrigou restaurantes, cafés e lugares públicos a possuir um aparelho de rádio. Através do rádio era divulgada a ideologia nazista, além de lemas e ordens do partido e músicas marciais. Tudo isso nos horários de trabalho para que o máximo de empregados pudesse ouvir. E para facilitar a invasão destes conteúdos junto ao povo alemão, paralisava-se até o trabalho. "O rádio é estatal. O controle torna-se mais efetivo com a subida do nazismo ao poder. (...). O ministério incentiva ao máximo a distribuição de aparelhos de rádio, promove doações ou vendas a preços reduzidos".

Na canalização, utilizam-se alguns recursos para fazer da informação uma arma vital na dominação do governo sobre o povo. Recursos como: fazer com que os temas estejam de acordo com as expectativas da população, o enfoque dado às notícias deve ser positivo (partido forte, exército vencedor), temas adequados ao momento histórico e ao inconsciente alemão (arianismo, pureza do sangue), culto à figura do líder, acusações repetidas e sem fundamentos aos comunistas (como sendo eles culpados de todos os males que assolavam a Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial), repetição de determinados estereótipos visando fixar os temas principais, além de o governo poder articular as informações da maneira que interessasse a ele (já que não havia contra-informação para neutralizar as mentiras proferidas pelos meios de comunicação atrelados ao governo central).

José Manuel Morán, em seu texto A comunicação populista - populismo, totalitarismo e políticas de comunicação: o referencial nazi-fascista, cita o autor Jean-Marie Domenach para destacar outros artifícios utilizados pelo aparelho de controle de informações da Alemanha nazista. Estratégias como a simplificação das informações (criando um inimigo único); ampliação e desfiguração no tratamento das informações; orquestração, ou seja, a repetição dos temas fundamentais e o silêncio quando há erros por parte da comunicação estatal foram bastante utilizados pelos homens do Conselho Nacional de Cultura, de Joseph Goebbels.

Segundo Morán, "a repetição de slogans, estereótipos, ritos pretende criar um reflexo condicionado na população, um hábito positivo de aceitação de qualquer ordem ou informação vinda do partido". Empregam-se técnicas de sedução para estimular ainda mais a excitação dos ouvintes, no caso do rádio. Planeja-se, assim, a comunicação de massa como um espetáculo. No caso de Hitler, na Alemanha, assim como com Mussolini, na Itália, e Vargas, no Brasil, a entrada do líder em eventos públicos ou na programação radiofônica era precedida de uma expectativa enorme. Várias foram as vezes em que havia um atraso proposital nesta entrada. E, pelo menos no caso dos dois primeiros ditadores, estas entradas eram precedidas de tochas (quando à noite) - no caso das apresentações em público - e rufar de tambores, por exemplo, como nos tempos dos imperadores romanos.

A Suplementação dos Meios, na Alemanha, seria utilização dos meios de comunicação de massa servia para suplementar a "violência organizada, a distribuição organizada de prêmios pela conformidade e os centros organizados de dominação local". O cidadão estaria cercado pelos meios de comunicação nazista. Fato este que seria a forma de doutrinar o cidadão para a ideologia aplicada na Alemanha de Hitler.

Porém, esta dominação nem sempre é total. Se, no caso alemão, o País que escutar os programas do governo central nazista, destinados a recrutar soldados para a causa ariana, for totalmente contrário aos ideais alemães, dificilmente ou praticamente de jeito algum, irá concordar com os ideais nazistas expostos no programa de rádio. Então, vai caber ao dono do veículo atrair seu ouvinte. "É bom lembrar, depois de tudo que foi exposto aqui, que no Brasil, assim como em outros países do planeta, a imprensa escrita também conseguiu resistir bem melhor do que as emissoras de rádio e o cinema".

A comunicação social no Brasil fascista

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi o órgão governamental responsável pela doutrinação, censura e liberação dos meios de comunicação existentes no País à época do Estado Novo. Porém, antes que se passe para o capítulo em que vamos aprofundar o tema DIP, é necessário que façamos uma análise de como o governo populista de Getúlio Vargas se utilizou da imprensa da época para se manter no poder e jogar para o povo a ideologia do governo central.

Mas por que a utilização da mídia pelo governo federal era tão importante? Talvez devido a "uma profunda crise de hegemonia, num momento em que se afirmava a imposição de um modelo de dominação autoritário e centralizador". Por isto era necessária a obtenção do controle total e irrestrito da mídia da época. Era vital para o governo estadonovista a obtenção de consenso, em torno do regime ditatorial de Vargas. E, através do domínio do rádio e da mídia impressa (jornal, livro e revista), seria possível este consenso a partir do momento em que se utilizasse a mídia para impor a ideologia governista.

"Os meios de comunicação de massa, em nosso estudo a imprensa e o rádio, principalmente, assim como o cinema, a literatura, etc., representam os elementos mais dinâmicos de veiculação da ideologia dominante. Contribuem para impregnar as atividades, as práticas e crenças, o conjunto dos modos de vida, de sentir e agir com elementos próprios à concepção de mundo das classes dominantes. Os meios de comunicação aumentam a eficácia específica da ideologia dominante enquanto cimento da estrutura social, sua relação com práticas quotidianas e seu caráter ativo enquanto instrumento de direção política, capaz de unificar vontades dispersas (grifo nosso)".

Ou seja, a intenção do governo estadonovista é bem clara: tentar unificar as massas sob a égide da ideologia populista, na tentativa de suplantar a crise de hegemonia que assolava o País. Entenda-se como hegemonia a "capacidade de unificar e manter unido, através da ação política, ideológica e cultural, um conjunto de forças sociais heterogêneas e marcado por contradições". Neste momento, surgiu a necessidade de controlar os veículos de comunicação de massa como cinema e, principalmente, o rádio. Era a maneira que o governo estadonovista via para, utilizando-se do poder coercitivo e dominador, oriundos do governo ditatorial criado em 1937, instaurar uma ideologia comum na mente de todo o povo brasileiro.

É verdade que a programação criada pelo governo varguista para tentar dominar o povo não seria nunca 100% eficiente. Porém, a expectativa de todo o governo e, em especial daqueles que faziam a comunicação social do Estado, é que suas técnicas pudessem conquistar a simpatia da grande parte da população brasileira. É preciso analisar também, como atuam os veículos de comunicação responsáveis pela doutrinação da ideologia populista.

Segundo Silvana Goulart, "a grande maioria dos meios de comunicação atuam no sentido de influenciar direta ou indiretamente o público para a manutenção, aprovação e reiteração da estrutura sócio-econômica vigente(...)" e foi com a intenção de que os meios de comunicação influenciassem a população para apoiar o governo estadonovista e, mais especial Getúlio Vargas, que os órgãos de controle e divulgação de propaganda pró-governo buscaram dominar os veículos de comunicação de massa.

No caso específico da Alemanha nazista, a influência governista era total sobre os meios de comunicação. Enquanto no Brasil ainda havia uma certa oposição controlada com a força (a revista Diretrizes, composta por nomes como Samuel Wainer, por exemplo, tentou fazer oposição à ditadura estadonovista, porém a repressão aos seus integrantes levou ao declínio dela rapidamente). A citação abaixo mostra bem o caso alemão:

"Em Goebbels, a deturpação do jornalismo clássico fica ainda mais marcante. Informar, transmitir os fatos ou seja, a essência do valor de uso da mercadoria jornal - desaparecem. O Estado cuida para que a supressão dessa função de compra seja amparada e incentivada. Goebbels depura todo o caráter jornalístico da imprensa, transformando-a em mero aparelho propagandístico. É certo, portanto, afirmar-se que não se praticou mais o jornalismo no Terceiro Reich, mas que se usou do meio impresso como veículo de doutrinação política. 'Jornal' era somente o cavalo de Tróia da doutrinação fascista (...)A manipulação da informação no Estado fascista é completa. Com a supressão dos jornais liberais, a nova lei de imprensa de 1933, a perseguição às publicações oposicionistas ou mesmo levemente divergentes, fechavam-se todas as portas à manifestação, mesmo burguesa, de divergência opinativa e jornalística".

No próximo capítulo será analisado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tentando mostrar qual era a função deste órgão na política estadonovista.

O DIP

Criado através de decreto presidencial em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tem suas origens em órgãos criados anteriormente pelo governo getulista. Em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade que, em 1934, se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1938, o DPDC passou a ser denominado de Departamento Nacional de Propaganda (DNP). E foi do DNP que, em 1939, foi surgido o DIP. O DIP, que tinha como função básica difundir a ideologia do Estado Novo e possibilitar o culto à figura de Vargas junto às camadas pobres, se utilizava da propaganda e da educação como instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social. Era esse o papel do DIP, destinado não só a doutrinar, mas a controlar as manifestações do pensamento no País. O Departamento centralizou e coordenou a comunicação social do Estado Novo. O seu surgimento coincidiu com o momento em que se afirmava a imposição de um modelo de dominação autoritário e centralizador. A obtenção de consenso em torno do novo regime implicou a necessidade do aumento da coerção e imposição ideológica.

"O monopólio, exercido pelo DIP sobre os meios de comunicação, buscava garantir a uniformização das mensagens e eliminar a contra propaganda, no sentido de ampliar os efeitos da comunicação. Nas redações dos órgãos de imprensa a presença física dos censores foi a realidade, num primeiro momento do Estado Novo, sendo substituída depois pela censura por telefone".

O DIP nasceu para priorizar os feitos do governo Vargas e reforçar o discurso populista que afirmava ser o Estado homogêneo, ou seja, não haveria divisão de classes, o operário era igual ao patrão. Isso transformava a figura de Vargas em um pai, bondoso, onipresente, benevolente, que dava aos pobres (operários), incapazes de conseguir por força própria, a primeira grande lei trabalhista do País, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O DIP manipulou a cultura popular para conseguir, de forma mais eficaz, a aceitação da política populista pelo povo. Como fazer isso, associando as normas positivas francesas e o populismo à doutrina cristã, foi um grande desafio. Para isso, foi muito utilizado nos discursos populistas de Vargas que o trabalho seria recompensado pelo Estado, garantindo o gozo dos resultados deste trabalho em uma sociedade justa e igual. Daí surgiram várias músicas que falavam que Getúlio era um homem bom e que o trabalho levaria a população ao sucesso. Estas canções, bastante difundidas pelas rádios, principalmente as que faziam parte do "pool" do governo central, como a Rádio Nacional, tinham como objetivo acabar com a cultura "que bom é ser malandro". Ou seja, valorizava o trabalho como meio de desenvolvimento e ascensão social.

"O Estado, através do DIP e usando os recursos da manipulação da informação construiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e injetados na consciência popular. O aparelho estatal, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da industrialização e urbanização. Nessa tarefa, o DIP exercia uma função educativa e pedagógica. O DIP buscou incultar um modo de ser, um padrão de comportamento público e privado na população, no qual se destacava o produtivismo como um dos principais valores a serem incorporados. Assim, os meios de comunicação reiteravam a dignidade do trabalho como fator de elevação moral e humana".

O discurso populista precisa atingir não só o povo, mas, também, as classes dominantes. E quanto ao povo, este não poderia ter uma identidade política. Com isso, gerava-se um limite, um ponto fraco no discurso populista no que tange à sua eficácia junto aos trabalhadores. Quanto às classes dominantes, era necessário bloqueá-las, impedir que a oposição dos agro-exportadores, aliados à classe média, impedisse o Estado de se manter centralizador, autoritário e gestor da economia no País. Características estas necessárias, segundo Vargas, para alavancar o industrialismo no Brasil e, conseqüentemente, elevá-lo à categoria de País desenvolvido. Ao mesmo tempo, precisava-se convencer os industriais de que estas novas características do Estado brasileiro lhes eram favoráveis. Tudo isso tinha um objetivo claro: justificar política e institucionalmente o Estado Novo. Segundo o discurso vigente à época, o governo estadonovista visava recolocar o Brasil no caminho correto.

"O DIP organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes. Atuou no sentido de popularizar o regime para amplas camadas da população através da divulgação das propostas e realizações do governo, dos atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal. A imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados nesse projeto, por suas características de grande penetração e alcance público".

E para isso um veículo foi fundamental: o rádio.

"O rádio foi um veículo de importância significativa para a afirmação da popularização do regime, pois fazia chegar à zonas rurais, não incorporadas pela política populista, o projeto de legitimação do Estado Novo. As regiões interioranas estavam submetidas ao controle dos coronéis, principais agentes da ordem autoritária. Entretanto, o rádio foi imprescindível como meio de integração e uniformização política e cultural contribuindo para minimizar as diferenças regionais, de acordo com o projeto nacionalizador do Estado Novo".

Para conseguir uma maior divulgação da doutrina populista, principalmente através do rádio, Vargas resolveu aumentar o número de estações radiofônicas e instalar no interior do País receptores com alto falantes em praças e vias de movimento. Isso foi anunciado em 1º de maio de 1937 e o projeto foi levado até o final. O rádio, como veículo de grande alcance e penetração popular (de 1932 até o início do Estado Novo foram instaladas no País 42 novas estações de rádio. Isto foi um grande avanço, já que do surgimento do rádio até 1931 só havia 21 estações. E, até o final do Estado Novo, em 1945, estavam funcionando 111 estações.) disseminava modelos culturais urbanos na zona rural, constituindo-se um meio importante de transmissão da mensagem da comunicação populista. Ou seja, foi através do rádio e das visitas do presidente Vargas (mas, principalmente, devido ao primeiro fator), que a política populista se alastrou Brasil afora. Muitos foram os políticos que começaram a imitar Getúlio em suas ações. E o povo começou a cultuar a figura de Getúlio, da mesma forma que os italianos e alemães cultuavam as figuras de seus respectivos líderes, Mussolini e Hitler.

É bom lembrar que como o Brasil era constituído, em sua maioria, por analfabetos, o rádio era a mídia como maior alcance, seguido pelo cinema e, por último, pelo jornal. Mesmo sabendo disso, o "DIP resolveu sistematizar o pensamento filosófico e político do Estado Novo arrolando e divulgando as idéias que sustentavam seu projeto político-ideológico. Nesse plano a comunicação se fazia pela palavra escrita, sobretudo através de livros e revistas", mas isso tinha uma explicação: tentar levar o populismo também para a elite.

E para que as informações repassadas pelo DIP tivessem a mesma força de abordagem que tinha no Distrito Federal foram criados, para dar razão de ser às várias estações de rádio espalhadas pelo País, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, os DEIPs. Os departamentos estaduais reproduziam nos estados as normas de ação desenvolvidas pelo DIP que, enquanto agência federal, tinha a função de comandar os DEIPs para que estes fizessem exatamente o que se esperava deles, ou seja, controlar os meios de comunicação locais, impor uma propaganda massiva pró-governo e procurar desenvolver a cultura de que o presidente sempre estava certo e que era ele o responsável por todo o bem-estar da nação. "A orientação de censura, por exemplo, quanto aos assuntos vetados, vinha diretamente do DIP sendo comunicada aos DEIPs que se limitavam a segui-la".

Os meios de comunicação atuavam de acordo com a ordem vigente. O Estado procurava deixar o País desmobilizado, afinal, seria mais fácil influir sobre a população e seus veículos de representação desta forma. Para isso, foi fundamental a participação da mídia que procurava reforçar a imagem branda e cordial do temperamento do povo brasileiro. "Evidentemente esse procedimento se completava com a ocultação e omissão das idéias que não confirmassem esse quadro harmônico". Tudo isso tinha um objetivo: manter a população pacífica e impassível mesmo diante de algumas atrocidades que eram cometidas à época nos porões da ditadura estadonovista. Isso se rompeu um pouco quando da ida das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) à guerra, nos campos europeus.

E, para manter esta pacificidade, tanto o DIP quanto os DEIPs precisaram utilizar de um subterfúgio: a censura. A censura atuava em todos os veículos de comunicação. No caso do rádio, nosso objeto de estudo, ele "era censurado por equipes de rádio-escutas, que na sede do DIP e dos DEIPs sediados nos estados revezavam-se em turnos e acompanhavam a programação notificando as infrações". Já no caso dos periódicos, ou seja, dos jornais, a censura chegava a mutilar matérias de tal forma que estas ficavam irreconhecíveis. Outras vezes a mudança ocorria para beneficiar ou mesmo enaltecer fatos ou feitos de Getúlio Vargas. Mais uma vez aparece a questão da busca por fortalecer e enaltecer a figura do líder político. O DIP manipulava até símbolos nacionais de forma que estes enaltescessem o Estado, identificando-o ao presidente e à nação. O redirecionamento dos fatos era outra prática corriqueira nos tempos da censura do DIP. No geral tudo isso tinha como objetivo controlar os veículos de forma tal que nada do que fosse divulgado tivesse em seu conteúdo informações prejudiciais para o governo central.

"A uniformização das mensagens na imprensa foi efetuada, através da produção de um noticiário oficial pelo DIP. Era elaborado pela Agência Nacional, também presentes nos DEIPs. Da mesma forma, o DIP e os DEIPs editavam alguns programas de rádio para todo o território nacional, a 'Hora do Brasil' sendo o mais conhecido deles. Foi um meio de nacionalizar as mensagens, mantendo a estrutura dispersiva da organização existente".

Mas o DIP não trabalhava só. A ele juntavam-se as escolas, a igreja, os sindicatos e órgãos de educação cívica como a "juventude brasileira". Além de controlar a programação (o conteúdo) do que era veiculado pela mídia da época e do fazer propaganda pró-governo, "o DIP teve uma influência marcante na normatização, regulação e direcionamento dos meios de comunicação de massa, sobretudo em relação à imprensa, além do rádio, cinema e teatro. Esses veículos tiveram sua ação vinculada à ação do DIP em três sentidos principais"

O DIP tinha três papéis importantíssimos. Vejamos os dois principais. O primeiro era fiscalizar o cumprimento de normas de funcionamento dos meios de comunicação em geral, em todo o território nacional, na produção de bens culturais, principalmente documentários e, em especial o Cine Jornal Brasileiro que era um documentário, em estilo de curta metragem, produzido e distribuído pela Cinédia, empresa de um amigo íntimo de Getúlio, Ademar Gonzaga. Os documentários, encomendados pelo DIP, "traduziam em imagens a crônica da política nacional: a voz e a imagem de Getúlio Vargas e de Ministros de Estado, inaugurações de obras políticas, cerimônias oficiais". Isso era importante, pois, assim como no caso do rádio, o cinema tinha maior aceitação por parte da população, na maioria analfabeta.

O último ponto em que o DIP atuou foi na orientação e controle dos veículos de comunicação tão já citados neste trabalho. Porém, é preciso afirmar que vários foram os veículos de comunicação adquiridos, em oito de março de 1940, pelo governo Vargas. Empresas como "A Noite", "Rio Editora" e "Rádio Nacional". "O governo Getúlio Vargas institui o decreto-lei nº 2.073, criando as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União".

Os veículos de comunicação agregados ao Estado recebiam incentivos do governo federal. A Rádio Nacional era uma delas. "(...) Contava com verba oficial para manter o melhor elenco da época de músicos, cantores, radioatores, humoristas e técnicos, tendo se tornando a mais popular do País". E, principalmente por isso, todas estas empresas eram vítimas de um controle e uma censura ainda maior por parte do governo, afinal, estes veículos eram os meios de comunicação oficiais do regime estadonovista. Além disso, o DIP apoiou diversas atividades culturais como a música, o cinema ou teatro por acreditar, principalmente no caso da música, que estes elementos eram promissores de integração nacional.

E falando em integração nacional, no próximo capítulo trataremos do veículo considerado como vital para esta integração: o rádio. Vital por sua capacidade de penetração num País onde a força da imprensa era barrada pelo analfabetismo.

A Rádio Nacional

A Rádio Nacional, PRE 8, foi inaugurada em 12 de setembro de 1936. Era uma noite de sábado na cidade do Rio de Janeiro. A Hora do Brasil, palavra oficial do governo Vargas à época, terminava e, em seguida, o ouvinte começou a escutar algumas notas que se tornaram, até o lançamento da característica oficial da rádio em 10 de setembro de 1939, na característica da Rádio Nacional. Em seguida, ouviu-se um dos narradores da rádio, Celso Guimarães, anunciando a inauguração da Rádio Nacional. Depois disso, foi tocado o Hino Nacional pela Orquestra do Teatro Municipal. Apesar do apreço de Getúlio Vargas pelo rádio em geral, ele não compareceu a cerimônia de inauguração daquela que seria a porta-voz do governo federal, mesmo que indiretamente.

Após o pronunciamento do presidente do Senado, Medeiros Neto, que representava Vargas, aconteceu a primeira transmissão da Rádio Nacional. A inauguração da rádio foi um evento tão importante que contou com bênção do cardeal D. Sebastião Leme, pronunciamento dos embaixadores de Portugal, da França e do Japão, além do ministro da Educação, Gustavo Capanema, do presidente da Confederação Brasileira de Radiodifusão, Nelson Dantas, do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Herbert Moses, além dos anfitriões Cauby Araújo, primeiro presidente da Sociedade Rádio Nacional e Castelar de Carvalho, em nome de A Noite (grupo que obtinha o controle da Rádio Nacional até que esta foi incorporada pelo governo Vargas).

Oito de março de 1940. Esta é a data em que o governo federal, através do decreto-lei nº 2.073, assinado pelo então ditador Getúlio Vargas, criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (vide anexo 1). A superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União ficou a cargo do coronel Luiz Carlos da Costa Netto. Já na direção da Rádio Nacional, com a responsabilidade de tornar a rádio a número um entre as rádios cariocas, foi empossado Gilberto de Andrade, promotor do Tribunal de Segurança, ex-diretor das revistas Sintonia e A Voz do Rádio, além de organizador da censura teatral. Com isso a Rádio Nacional, que fazia parte do grupo A Noite, foi uma das empresas incorporadas pelo governo federal.

Bem, Gilberto Andrade logo percebeu que era preciso se mexer para conseguir o primeiro lugar. Instituiu a seção de estatística da Nacional, que funcionava como um termômetro da programação da rádio. Mas só isto era insuficiente para que a rádio chegasse ao topo, pelo menos não na opinião de Andrade. Era necessário contratar funcionários qualificados. Para isso, foi estabelecido pelo próprio diretor da Rádio Nacional, que qualquer candidato passasse por um teste criado por Andrade que consistia em um teste prático, gravado.

Tanto a estatística quanto o teste funcionaram já que a Rádio atingiu, realmente, o topo entre as rádios cariocas. A direção da rádio procurava sempre trazer o melhor para seus ouvintes, acrescentando um detalhe fundamental: o nacionalismo.

"Haroldo Barbosa, também discotecário da Rádio, escolhia o repertório do programa: duas músicas atuais, duas antigas, e geralmente três músicas estrangeiras de grande sucesso (...) Para esse modelo importado foi criada a Orquestra Brasileira de Radamés Gnattali. O objetivo era nacionalista: dar à música brasileira um tratamento orquestral semelhante ao dispensado às composições estrangeiras".

E fenômenos da música popular brasileira, como Luiz Gonzaga, o rei do baião, e Lamartine Babo, também deram seu toque de gênio na PRE 8. Mas a rádio não era só música. Os programas jornalísticos também tinham vez na Rádio Nacional. Em 28 de agosto de 1941, inicialmente só na Nacional e na Rádio Record de São Paulo, surge o Repórter Esso. O primeiro noticiário radiofônico a transmitir as últimas notícias, dando ao rádio a agilidade que lhe tornaria um dos veículos mais procurados pelo povo para obter uma informação rápida e de qualidade (apesar de isso hoje em dia não ser o principal objetivo de muitas rádios). Com o Repórter Esso, a notícia começava a ocupar seu espaço no rádio. Não que a fantasia proporcionada pelos programas de auditórios e radionovelas perdessem seu interesse, muito pelo contrário, começava a surgir um interesse pela verdade, pela notícia. Tudo isso, graças ao Repórter Esso, que aliás fez escola, tanto no rádio quanto na TV dos primeiros dias.

"(...) Mas a tensão crescente no Brasil e no mundo gerava a necessidade de uma 'válvula de escape' a nível popular (sic), barata e acessível. O novo auditório de quase quinhentas poltronas da Rádio Nacional se tornaria uma espécie de cartão-postal sonoro do Rio de Janeiro. E, ao mesmo tempo, um inesperado ponto de encontro do Brasil e do mundo em plena praça Mauá".

A Rádio Nacional também criou formatos de programas. Sem dúvida os principais formatos foram os dos programas de auditório, sucesso principalmente na década de 40. O contato do público com os apresentadores tornava o programa ainda mais gostoso. O público poderia conhecer de quem era o conjunto de vozes daqueles que se escondiam por trás dos microfones das rádios, no caso, da Rádio Nacional.

Com o final do governo Vargas, a Rádio Nacional, que era uma espécie de voz oficiosa do governo federal, também perdeu um pouco de sua força. Afinal, o governo podia não confirmar, assim como não o fez em qualquer um dos documentos consultados durante a pesquisa para a monografia, mas a Rádio Nacional era, com certeza, a voz do governo getulista. O rádio era o principal veículo de comunicação da época e Getúlio tinha uma verdadeira admiração por este veículo. Todas as suas ações, governamentais ou sociais, eram narradas ao vivo ou através das ondas da Rádio Nacional. Desta forma, não há como afirmarmos que a Rádio Nacional era a voz de Getúlio.

Mas, era através da Rádio que Getúlio chegava até as regiões mais distantes aonde nem o poder do governo podia ir. Foi por isso que Vargas lutou tanto para instalar em várias cidades do País estações repetidoras. Desta forma, com a instituição da Hora do Brasil, um pouco antes do governo adquirir a Rádio Nacional, todos passavam a ouvir, a palavra do governo e as promessas dele.

A Rádio Nacional, com a saída de Getúlio, passou por momentos difíceis. Ela só voltaria a se equilibrar com a volta de Vargas ao governo em 1951. Mas agora o momento era outro. Vargas já não governava com mão de ferro e a rádio já não tinha tanta força junto ao presidente. Com isso, a Nacional teria que começar a funcionar com seus próprios recursos. Muitos de seus melhores profissionais saíram da rádio que foi enfraquecendo até se tornar uma emissora como muitas outras. Quem escuta a Nacional hoje em dia nem imagina quão poderosa ela já foi.

O Rádio

O rádio foi, sem dúvida alguma, o veículo mais importante entre as décadas de 30 e 40. Veículo de grande alcance, indo até os confins do País (principalmente com o governo de Getúlio Vargas, que muito incentivou a difusão de estações de rádios nas localidades mais afastadas), ele não encontrou muitas barreiras para se tornar o mais popular dos meios de comunicação de massa. Aliás, o rádio e, hoje a TV, são os veículos de comunicação realmente de massa. Pois bem, neste capítulo vamos fazer uma análise geral sobre o rádio, desde o período pré-rádio até 1945, onde termina o período conhecido como Estado Novo.

O rádio no Brasil: da fundação ao final do Estado Novo

Apesar de a história oficial não confirmar, acredita-se que a primeira experiência radiofônica remonta de 6 de abril de 1919, quando, em Recife, através de um transmissor importado da França, a Rádio Clube foi inaugurada por Oscar Moreira Pinto. Porém, segundo dados oficiais, apesar de existirem documentos que comprovam o que acima foi dito, a primeira transmissão via rádio tem data de 7 de setembro de 1922 e origem no Rio de Janeiro, capital federal naquela época. Esta transmissão inaugural fez parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil e, na ocasião, foi feito um discurso do presidente da República, Epitácio Pessoa. Como o rádio era uma novidade foi preciso importar 80 receptores (aparelhos de rádio) especialmente para o evento.

Mas esta não seria a data que viria marcar o início da vida do rádio no Brasil. Devido a escassez de aparelhos de rádio e a falta de projetos que possibilitassem uma continuidade, as transmissões que se iniciaram no dia 7 de setembro tiveram vida curta. Apesar da Westinghouse ter instalado um transmissor de 500 watts no alto do morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, que possibilitou que aos donos dos 80 aparelhos de rádio e mais seus vizinhos, parentes e colegas pudessem ouvir em óperas transmitidas diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a experiência não tardou a encerrar, causando a frustração de todos que acompanharam os primeiros passos do rádio no Brasil.

Em 20 de abril de 1923, eis que se instala, definitivamente, o rádio no País. Esta data marcou a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira rádio brasileira (pelo menos oficialmente). Criada por Roquette Pinto - um dos grandes nomes da comunicação brasileira em todos os tempos - e Henry Morize, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro tinha como proposta educar através do rádio (talvez, já se deslumbrava-se aí, a capacidade do rádio em alcançar grandes massas analfabetas, mesmo, sendo o rádio um veículo ainda recém-nascido).

E, ao contrário do que hoje ele é, o rádio nasceu elite. A preocupação com grandes óperas transmitidas via rádio, a preocupação com palavras e orações rebuscadas, tudo isso marcou os primórdios do veículo no Brasil. Bem, isso se explicava no fato de o rádio ainda ser feito muito amadoristicamente. Toda a programação musical era feita através de doações ou empréstimos de discos às rádios (as rádios eram fundadas por clubes ou sociedades, ambas formadas por pessoas com boas somas de dinheiro, que, pelo menos teoricamente, seriam capazes de pagar, mensalmente, determinadas quantias, necessárias para o sustento das rádios). Através de doações em dinheiro ou pagamento de mensalidades as rádios conseguiam se manter.

No início das vida do rádio no Brasil os aparelhos receptores eram todos importados e, portanto, eram muito caros o que fazia com que voltasse a programação para as elites, ou seja, para quem pudesse pagar as contas do rádio no final do mês. Isto divergia, portanto, do que seria o rádio no futuro: um meio de comunicação que iria levar informação e educação para o povo analfabeto. Isso só viria mais tarde, com o advento dos "reclames", ou seja, anúncios publicitários, já na década de 30. Com a propaganda o rádio começaria a se auto-sustentar podendo assim, determinar uma programação mais voltada para seu verdadeiro público alvo: a classe mais pobre da população.

"A publicidade foi permitida por meio do Decreto n.º 21.111, de 1º de março de 1932, que regulamentou o Decreto n.º 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, surgido nove anos após a implantação do rádio no país... O governo mostra, a partir da década de 30, preocupar-se seriamente com o novo meio, que definia como 'serviço de interesse nacional e de finalidade educativa', regulamentando o seu funcionamento e passando a imaginar maneiras de proporcionar-lhe bases econômicas mais sólidas, concretizadas pelo Decreto n.º 21.111, que autorizava a veiculação de propaganda pelo rádio, tendo limitado sua manifestação, inicialmente, a 10% da programação, posteriormente elevada para 20% e, atualmente (em 1985, quando o livro foi concluído) fixada em 25%".

Feito isso, agora cada rádio tinha condições de, através do faturamento com publicidade (com os reclames) montar uma estrutura menos amadora. Com a introdução de anúncios dentro da programação radiofônica, abria-se ao que hoje é comum: a disputa pelo mercado, a disputa pela liderança de audiência. E para conseguir esta liderança era preciso evoluir em alguns setores.

Primeiro: era necessário que se melhorasse o equipamento utilizado para que o público pudesse escutar melhor a transmissão. Segundo: havia a necessidade de se criar um status da emissora o que só seria possível se se cumprísse o terceiro ponto: conseguir popularidade. E como fazer isso com uma programação erudita, educativa e cultural? Simples, trocando esta programação voltada para a elite por outra mais popular. É verdade que esta programação não se alterou totalmente e muitas rádios ainda mantiveram na sua grade programas culturais, educativos e eruditos. "A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era 'erudito', 'educativo', 'cultural' passa a transformar-se em 'popular', voltado ao lazer e à diversão".

Esta preocupação com o popular se dava para alcançar um público maior. E este público maior era necessário, visto que os anunciantes precisavam vender seus produtos. Vivía-se uma época de nascimento de indústrias nacionais e estas precisavam escoar a produção. Para isso, em um País centralizado, nada melhor do que um veículo que atingisse uma grande parte do País.

Os empresários perceberam que o rádio era muito mais eficiente do que os outros meios como o impresso, principalmente devido ao grande número de analfabetos que vivia no Brasil. O rádio passou por um processo de ampliação para que pudesse absorver as suas novas missões: popularizar a programação e fazer programas atraentes para o público. Isso seria importante para manter a audiência o que manteria os patrocinadores fiéis ao rádio e, ao responder as necessidades coletivas, como meio recreativo e informativo, estaria mais próximo do propósito que a maioria dos seus administradores objetivavam: ser o rádio um veículo manipulador da opinião. Isso se explica pela capacidade de atingir um número tão grande de pessoas, já que estas não necessitavam saber ler ou escrever.

E para que isso se tornasse real era necessário que a linguagem se tornasse a mais coloquial possível. Com o tempo os locutores foram levando esta linguagem coloquial para o rádio brasileiro. Isso aproximava ainda mais o rádio do público, principalmente do mais humilde que não encontrava parâmetros para se ver nos veículos impressos como o jornal. E, mais uma vez, esta mudança estava ligada, a uma necessidade de vender os produtos dos patrocinadores. Este fator, ou seja, a introdução dos reclames na programação radiofônica foi muito importante para o rádio se transformar no que é hoje: um do veículos mais populares do mundo.

Mas nem só de propaganda comercial viveu o rádio do início do século. A propaganda política esteve bastante presente nas transmissões radiofônicas, principalmente durante o regime ditatorial do Estado Novo. Neste período, Getúlio se utilizava das rádios (em especial a Rádio Nacional) como o veículo transmissor das idéias e feitos do governo estadonovista.

"O impacto do rádio sobre a sociedade brasileira a partir de meados da década de 30 foi muito mais profundo do que aquele que a televisão viria a produzir trinta anos depois. De certa forma, o jornalismo impresso, ainda erudito, tinha apenas relativa eficácia (a grande maioria da população nacional era analfabeta). O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar 'modas', como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. Os progressos da industrialização ampliavam o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores. As classes médias urbanas (principal público ouvinte do rádio) passariam a se considerar parte integrante do universo simbólico representado pela nação. Pelo rádio, o indivíduo encontra a nação, de forma idílica: não a nação ela própria, mas a imagem que dela se está formando".

E com mais recursos chegou a hora de se modernizar de vez. As rádios antigas costumavam transmitir concertos de grandes filarmônicas. Porém, nenhuma delas possuía uma equipe de profissionais exclusivos, pagos para executar músicas dentro de uma grade de programação. Isso acabou quando a rádio Record contratou o primeiro cast (equipe) profissional e exclusivo, com remuneração mensal.

"A partir daí, começa a corrida e as grandes emissoras contratam a 'peso de ouro' astros populares e orquestras filarmônicas. E mesmo as emissoras de pequeno porte procuram também ter o seu pessoal fixo. Essa mudança aguçou - ou mesmo desencadeou - o espírito de concorrência entre as emissoras, inclusive as de outros Estados, que imitaram a programação lançada pela Record".

E as mudanças não pararam por aí. Várias rádios começaram a investir na modernização, também, dos seus estúdios. Em 1935, a Rádio Kosmos, de São Paulo inaugura um auditório. Isso veio possibilitar que alguns ouvintes assistissem ao programa ao invés de apenas escutá-lo como a grande maioria. Este tipo de recurso ainda é muito utilizado em várias rádios como algumas AMs de Fortaleza.

A década de 30, portanto, foi uma espécie de período de testes e preparação para o que viria em seguida. A década de 40, a "época de ouro do rádio brasileiro" foi o período em que o rádio mais se desenvolveu. Foi nestes dez anos que as rádios mais tiveram que modificar seus programas e batalhar para adquirir os melhores profissionais existentes no mercado, pois foi neste período que o rádio chegou ao auge da popularidade. Seus cantores e cantoras, seus atores e atrizes, diretores e locutores se tornaram famosos, ricos e queridos por toda uma população de um País continental.

Nesta batalha por audiência valia tudo. Até baixar o nível do programa como emissoras daquela época fizeram e que muitas fazem também hoje. Mas naquele tempo era vital. Não só porque a maior parte da população era analfabeta, mas, principalmente, devido a necessidade de se atrair os patrocinadores, provando-lhes que a rádio "x" e não a "y" tinha maior popularidade.

Um bom mecanismo, sem dúvida, encontrado pelos donos de rádio foi a criação das radionovelas. A primeira foi ao ar em 1942, através da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Esta radionovela se chamava "Em busca da felicidade". E logo, assim como os programas de rádio com espectadores em estúdio, se transformou em um sucesso. Com isso, as outras emissoras para não ficarem para trás logo adotaram o gênero. A pioneira nas radionovelas, a Rádio Nacional, só em 1945, transmitia, diariamente, 14 novelas.

Outras especialidades começam a surgir como o radiojornalismo. Uma das primeiras emissoras a se especializar no gênero, através de uma programação sóbria e austera foi a Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, que em 1935 cria vários programas onde o conteúdo primordial era a notícia. Já em 1941, durante a II Guerra Mundial, surgia o Repórter Esso, criado pela Rádio Nacional. O Repórter Esso é um divisor de águas no radiojornalismo brasileiro. A partir de seu surgimento várias rádios procuraram, além de retransmiti-lo, também imitá-lo. O padrão austero e preciso do Repórter Esso ficou no ar até 1968. Foram 27 anos de um radiojornalismo que procurava mostrar, diariamente, os principais fatos do Brasil e do mundo era, assim como dizia seu slogan, a "testemunha ocular da história". Foi um dos poucos programas da época em que o locutor teve uma preparação especial. Heron Domingues, que durante 18 anos comandou o Repórter Esso, foi preparado pela United Press Internacional (UPI) estando, portanto, no mesmo nível dos melhores locutores norte-americanos da época.

Outro marco do radiojornalismo brasileiro foi o Grande Jornal Falado Tupi, da Rádio Tupi, de São Paulo, criado em 1942. O noticiário tinha uma hora de duração diária. Assim como o radiojornal da Rádio Nacional, o Grande Jornal Falado Tupi foi importante porque "definiu os caminhos de uma linguagem própria para o meio, deixando de ser apenas a 'leitura ao microfone' das notícias dos jornais impressos".

A Rádio Nacional e sua importância dentro do Estado Novo

A Rádio Nacional teve uma importância marcante dentro do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Ela era, mesmo que não oficialmente, a voz do governo durante a repressão. Na bibliografia consultada não há nem um documento que ofereça um esclarecimento completo ou uma afirmação de que a Nacional era a rádio oficial do governo estadonovista, mas ao adquirir o veículo, em oito de março de 1940, o governo Vargas tornou a Nacional, mesmo que indiretamente, a rádio oficial do Brasil. Isso porque a Rádio Nacional contava com ampla verba oficial para manter o melhor "cast" (elenco) da época, incluindo músicos, cantores e radioatores, entre outros. Mas para compreender a importância da Nacional dentro do Estado Novo é preciso ir mais fundo. É preciso estabelecer uma comparação entre o momento político e a função da Rádio na vida das pessoas.

É verdade que o surgimento da radiodifusão na América Latina, na década de 20, e a sua consolidação a partir dos anos 30 não é fruto da criação das políticas populistas. O que aconteceu foi que os governos populistas, principalmente o getulista, souberam utilizar muito bem o veículo rádio em seu benefício. É bom lembrar que estes movimentos populistas surgiram do esgotamento do modelo econômico agro-exportador utilizado, no caso do Brasil, pelos governos da aliança São Paulo-Minas (chamada de Política Café-com-Leite) e ao início de uma política econômica voltada para as atividades industriais.

"Embora o aparecimento do rádio não tenha relação com os tipos de governo à época, mas sim com o avanço das pesquisas tecnológicas que vinham sendo realizadas desde o século anterior, rádio e populismo desenvolvem-se quase que simultaneamente em ambos os países (Brasil e Argentina). É preciso, no entanto, levar em conta que o populismo brasileiro começa a consolidar-se efetivamente, com Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo, em 1937".

Porém é necessário que se compreenda que durante este período em que o rádio começou a se tornar o veículo mais importante e em que o populismo surgiu como uma tentativa para solucionar os problemas deixados pela política agro-exportadora dos governos Café-com-Leite, surgiu uma nova classe (já que o trabalho industrial começava a ganhar impulso): a classe urbana. É preciso entender, também, antes de passarmos à frente, que esta mudança de uma política agro-exportadora para uma industrial movida por uma política populista deu-se devido a crise gerada pelo crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que exigiu de todos os países, inclusive dos latino-americanos, o início de um processo de modernização significativa. Esta modernização, é preciso que se diga, também foi impulsionada pela Segunda Guerra Mundial que pressionou todos os países dependentes das manufaturas a produzirem seus próprios produtos, mediante a substituição de importações o que alavancou a indústria.

"Tudo isso só foi possível com base na organização dos mercados nacionais. Nessa unificação do mercado, vão jogar um papel fundamental as tecnológicas de comunicação 'a um país o unificam tanto ou mais que as estradas e os trens, o telégrafo, o rádio e o telefone. Pois fazer um país não é só uma questão de economia... é também projeto político e cultural' (Laclau, 1978, p.183). O alcance e o sentido das tecnologias de comunicação em relação à cultura, nesse momento, remetem, então, ao movimento social que dá origem ao populismo: o aparecimento das massas urbanas, constituídas em sujeito justamente a partir da ideia da nação. O projeto nacional, por sua vez, somente é possível mediante a comunicação, o encontro entre massas populares e Estado. O populismo desses anos resultou, assim, na organização de poder que deu forma ao compromisso entre as novas massas urbanas e o Estado".

Mas o mais importante é que ao surgir uma nova classe, impulsionada pela política populista, surge também novos veículos que vão se prestar a estabelecer a comunicação do governo com o povo através de um discurso que visava atingir as massas, conquistá-las e fazê-las crer que existia um governo preocupado com seus anseios e necessidades. E é justamente aí que entra principalmente o rádio e, em menor escala, o cinema.

"O rádio vai ser fundamental para a gestação do sentimento nacional, na tradução da idéia de nação em sentimento e cotidianidade. Um sentimento nacional que o rádio dessa época não destruiu: o de sentir-se parte de uma região. O nacional foi, nesses anos, uma experiência peculiar: 'a de descobrir-se habitante de um país mais amplo e grande que se comparte com outras regiões; foi isso mas, ao mesmo tempo, o início da destruição dessa pluralidade' (Laclau, 1978, p. 184). Em síntese, as 'novas' tecnologias de comunicação dessa primeira etapa têm sua relação com a cultura mediada pelo projeto estatal de modernização, um projeto eminentemente político mas também cultural: não era possível transformar estes países em nações sem criar neles uma cultura nacional".

Outra prova que o governo via com muito interesse uma aproximação com o rádio foi dada no número 40 da Voz do Rádio, quando toda uma página foi destinada a uma entrevista com Lourival Fontes, diretor, a época, do então, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que depois passaria a se chamar DIP, do qual Fontes passaria a ser o diretor geral. Fontes falou para o repórter da Voz do Rádio, Jayme Távora, sobre suas preocupações com o rádio como instrumento de ação político-social. O diretor deixou bem claro que o Brasil precisava de uma rádio do governo.

"O Brasil é o único que não tem uma estação de rádio 'oficial'. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Essas estações atuam como elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato e, portanto, o generaliza (...)"

E o mais importante viria em seguida, quando Fontes afirmou que não se poderia esquecer da importância do rádio como veículo de propaganda e difusão de cultura. Além desta justificativa, o futuro diretor-geral do DIP deixava bem claro que o rádio era o único veículo da época que podia alcançar os mais distantes locais no país. Agora, o fato que comprova a intenção do governo de utilizar o rádio como veículo de propagação das idéias oficiais vem na última frase: "(...) o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país e, até à compreensão do analfabeto".

A Hora do Brasil

O governo Getúlio Vargas não via com bons olhos uma imprensa livre. Era preciso controlar todos os veículos de comunicação da época e, em especial, o rádio e a imprensa. Afinal, para Getúlio, "o povo era considerado uma espécie de matéria bruta a ser elaborada pelo saber das elites. Baseado nesse raciocínio, o governo justificava seu controle e fiscalização sobre as mais diversas expressões culturais".

Para tanto, desde 1931, quando foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o governo insistia na mesma tecla: controlar a mídia. Quando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que substituiu em 1934 o DOP, se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, inaugurou-se o programa "A Hora do Brasil" (a partir de 1939, "A Hora do Brasil" passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP, o que fez o programa de rádio oficial do governo ser ainda mais apelativo pró-Vargas). Além disso, era através do "A Hora do Brasil" que o governo buscava estreitar as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras. Portanto, não era de se estranhar tanto esforço por parte de Vargas para tornar a "A Hora do Brasil" o programa radiofônico mais ouvido do País.

Transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, das 19 às 20 horas, visando a divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional, o programa "A Hora do Brasil" tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica.

"Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, 'A Hora do Brasil' incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela boa música através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação...".

Durante "A Hora do Brasil" eram feitas outras atividades, como a apuração de concursos musicais promovidos pela Rádio Nacional. O resultado era transmitido durante o programa, o que atraía ainda mais a atenção dos ouvintes. Estes concursos, aliás, tinham como objetivo fazer com que a Rádio Nacional, a rádio oficiosa do governo, monopolizasse a audiência popular.

O horário de "A Hora do Brasil" foi escolhido porque era o momento do dia em que toda a família estava reunida em volta do rádio. Getúlio Vargas entendia que a comunicação através do rádio tinha uma força sem precedentes, afinal, era o único veículo que atingia a maior parte do País. Portanto, a criação de um horário exclusivo para o governo foi considerado de vital importância. Mas, claro, o governo ainda se utilizava da Rádio Nacional, principalmente, para divulgar seus feitos.

"A Hora do Brasil" tinha um espaço que sempre era utilizado por uma pessoa: o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, que esteve à frente de todo o processo de divulgação e engrandecimento da figura do presidente Vargas. Filho fazia palestra semanais na "A Hora do Brasil". Estas palestras eram destinadas aos trabalhadores e tinham como objetivo-mor divulgar os feitos do governo e exaltar a figura do presidente, tornando-o um mito. "Foram ao ar mais de 200 palestras, com duração aproximada de dez minutos, todas as quintas-feiras. No dia seguinte as palestras eram publicadas pelo jornal porta-voz do regime ditatorial, A Manhã".

Apesar de tanta força do regime e do carisma do presidente, o programa "A Hora do Brasil" era conhecido popularmente como o fala sozinho. O governo, insatisfeito, promovia enquetes de opinião pública (suspeitas), através do jornal A Manhã, nas ruas da cidade, cujos resultados procuravam mostrar que os ouvintes realmente gostavam da "A Hora do Brasil".

Conclusão

A política varguista, denominada de populismo, veio para substituir um sistema agro-exportador ferido de morte, após o crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Ele não veio revolucionar o sistema político-econômico-social do Brasil, assim como prometia, porém é verdade que conseguiu modificar muita coisa.

Mas, para tanto, foi preciso ser feita para que este sistema fosse imposto pelo governo federal. Através de um regime centralizado na figura de um líder, no caso, Getúlio Vargas, o Brasil foi se moldado para suportar o modelo populista que só viria a ruir com a deposição de João Goulart, em 1964, através de um golpe militar.

Para que o governo conseguisse fazer tudo que queria, era preciso controlar a opinião pública e acalmar a população que estava bastante temerosa com a situação econômica. Nada melhor que um governo ditatorial e centralizador. Por isso, Getúlio, apoiado por vários grupos, dentre eles militares e industriais emergentes, deu o golpe conhecido como Estado Novo, em 1937.

Feito isso, estava aberto o caminho para o controle total dos meios de comunicação através da censura e da repressão impostas pelo governo federal. Desta forma, o governo criou o DIP para auxiliá-lo nesta função. A este órgão cabia o controle de todos os veículos de comunicação existentes, além de outras atividades, também importantes, como a distribuição para as escolas de normas de conduta que fariam com que os pequenos brasileiros, já de cedo, seguissem as diretrizes do novo regime.

Quanto ao controle dos veículos de comunicação, este foi feito da forma mais clara. Em todos os órgãos havia um censor que controlava tudo o que saía, fosse o veículo impresso, radiofônico ou cinematográfico.

De todos estes veículos, aquele que mais chamou a atenção do governo federal foi o rádio. Considerada a mídia com maior alcance dentro daquele Brasil das décadas de 30 e 40, o rádio precisava ser controlado de perto. Mas só isso não bastava.

Desta forma, foram criadas algumas ferramentas para gerar um núcleo de produção de notícias sempre positivas com relação ao governo federal. Estes mecanismos foram o programa "A Hora do Brasil" e a aquisição da Rádio Nacional, principal rádio das décadas de 30 e 40. Com estas duas ferramentas, o governo federal pôde plantar todas as notícias que lhe eram favoráveis. Era o meio de Getúlio, o maior beneficiado com todo o controle sobre os veículos de comunicação do Brasil, doutrinar este povo, sem este saber, com as idéias do populismo.

O rádio foi um dos mecanismos encontrados por Vargas para tentar se perpetuar no poder. Foi a melhor arma, durante o período de 1937-45, para manter o presidente-ditador à frente da nação. Mas, quando os regimes totalitaristas europeus começaram a ruir, nem mesmo todo poder do DIP, da Rádio Nacional e da "A Hora do Brasil" foram suficientes para manter Vargas no poder. Aliás, foi com a ajuda de vários donos de jornais que Getúlio perdeu o governo.

A força de manipulação da imprensa, que tanto temor trazia a Vargas, foi a maior causadora de sua queda. Portanto, a conclusão a que chegamos é que o ditador tinha razão em tentar controlar de todas as maneiras os vários veículos de comunicação e que o populismo, se infiltrou, com certeza, através dos meios de comunicação da época, principalmente, no rádio.